

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROJOVEM URBANO NO AMAZONAS: A VISÃO DO ALUNO A
RESPEITO DE SUA VIVÊNCIA NO PROGRAMA

Bolsista: Maria Alcione Pereira Teles – Voluntária

MANAUS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0034/2010

PROJOVEM URBANO NO AMAZONAS: A VISÃO DO ALUNO A
RESPEITO DE SUA VIVÊNCIA NO PROGRAMA

Bolsista: Maria Alcione Pereira Teles

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane Bonfim Fernandez

Co-orientadora: Prof^a. MSc. Ivamar Moreira da Silva

MANAUS

2011

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao **Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia** – GETRA e aos seus autores. Parte desse relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa está vinculada ao **Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia** – GETRA vinculado ao CNPQ desde 2001 e se caracteriza como um subprojeto da Pesquisa “O Desenho do Programa Projovem Urbano no Estado do Amazonas (2009-2010)”

RESUMO

No Brasil a partir da década de 80 e 90 a juventude entrou na pauta da agenda dos governos federais, estaduais e municipais. As políticas públicas para juventude neste período conquistaram significativos avanços no que concerne a criação de programas em nível federal, dentre os quais está inserido o Projovem Urbano. Esta pesquisa tem como objetivo geral conhecer a visão do Jovem inscrito no Programa Projovem Urbano no Amazonas, nos municípios de Manaus, Iranduba e Manacapuru, a partir de sua inserção nas atividades de Ensino e Aprendizagem; Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Com intenção de investigar a visão do aluno sobre o processo de Ensino e Aprendizagem; de identificar a percepção do aluno sobre sua inserção na atividade de Qualificação Profissional e de constatar o ponto de vista do aluno sobre a Participação Cidadã para saber os efeitos do programa em sua vida, com vista ao aprimoramento do programa. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, a partir da qual acompanhou a dinâmica da realidade dos jovens inseridos no programa, por meio de sucessivas aproximações que possibilitaram desvelar os condicionantes do problema investigado. O espaço delimitado para realização da pesquisa de campo foram os municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba, a escolha destas cidades ocorreu devido à viabilidade para realização da pesquisa de campo. Para tanto, utilizou-se de 2 instrumentos de pesquisa a saber: roteiro de entrevista junto a 7 alunos do ProJovem Urbano, sendo 2 em Manacapuru, 3 em Manaus e 3 em Iranduba e questionário aplicado junto a 45 alunos do ProJovem Urbano sendo, 14 em Iranduba, 15 em Manacapuru e 16 em Manaus. Quanto aos resultados da pesquisa constatou-se que em relação ao Ensino-Aprendizagem os jovens do PJU avaliam positivamente as atividades nos municípios pesquisados, relatam que tiveram suas expectativas atendidas, afirmando ainda ser a escolarização um fator de motivação para a construção de um futuro melhor. No que tange a Qualificação Profissional constatou-se na fala dos alunos certo descontentamento, fato este justificado pela ausência da parte prática, foi possível detectar que as iniciativas do programa direcionadas para este fim não tem sido suficientes. A Participação Cidadã foi analisada pelos alunos de duas formas uma positiva, justificada pela oportunidade de descoberta de direitos e outra negativa atribuída à ausência das aulas práticas na maioria dos municípios, e da não construção e implementação do Plano de Ação Comunitária - PLA na comunidade. Enfim reforça-se a relevância do Projovem Urbano para os alunos atendidos, embora que em seu bojo haja fragilidades, mas suas potencialidades foram apreciadas, o que suscita inúmeras consequências positivas na vida dos jovens participantes da pesquisa.

Palavras chaves: Políticas Públicas, Juventude, Projovem Urbano.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Marcos histórico na criação de Políticas de juventude no mundo.....	16
Quadro 02:	Marcos histórico na criação de Políticas de juventude no Brasil.....	22
Quadro 03:	ProJovem Integrado – critérios, benefícios oferecidos, abrangência e posição de atendimento.....	30
Quadro 04:	ProJovem – principais mudanças introduzidas em 2007.....	32
Quadro 05:	O ProJovem Urbano nos Municípios pesquisados.....	35
Quadro 06:	Entradas por Estados e município.....	36
Quadro 07:	Expectativas com relação à Qualificação Profissional.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Sexo.....	58
Gráfico 02	Idade dos alunos do Projovem Urbano.....	59
Gráfico 03	Estado Civil.....	60
Gráfico 04	Renda Mensal.....	61
Gráfico 05	Quantidade de filhos por sexo.....	62
Gráfico 06	Quantidade de interrupções dos estudos.....	67
Gráfico 07	Quantidade de reprovação.....	68
Gráfico 08	Frequências em instituição anterior ao PJU.....	69
Gráfico 09	Idade que começou a trabalhar.....	75
Gráfico 10	Tipos de organização que participam.....	80
Gráfico 11	Frequência de participação nas organizações.....	81

LISTA DE SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do adolescente
GETRA	Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia
GNU	Guia das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LN	Liga das Nações
OIJ	Organização Ibero – Americana
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJU	Programa ProJovem Urbano
PL	Projeto de Lei
PNJ	Política Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
PPI	Projeto Pedagógico Integrado
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
SEJEL	Secretaria Estadual de Juventude Esporte e Lazer
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SGPR	Secretaria-Geral da Presidência da República
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TCLE	Termo de Consentimento livre Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I : Uma abordagem sobre o processo de criação de Políticas Públicas de Juventude	13
1.1. Política Pública de Juventude no Brasil: trajetória em Construção.....	13
1.2. Políticas Públicas de Juventude no Brasil: um breve histórico.....	17
1.3. Principais programas de juventude criados no Brasil.....	24
1.3.1. Programa ProJovem Urbano.....	29
1.3.2. Programa ProJovem Urbano no Amazonas.....	34
Capítulo II: Juventude em Debate	38
2.1. A Juventude na contemporaneidade.....	38
2.2. Juventudes, juventude? Definições e conceitos.....	43
2.3 Juventude – trabalho, escolarização e cidadania.....	50
Capítulo III: A visão dos alunos do ProJovem Urbano – Amazonas	57
3.1. Perfil dos alunos do PJU nos municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba.....	57
3.2. O Ensino – Aprendizagem do PJU pelos próprios jovens.....	63
3.3. A Qualificação Profissional do PJU pelos próprios jovens.....	72
3.4. A Participação Cidadã do PJU pelos próprios jovens.....	78
Considerações Finais	83
Referências	86
Cronograma	91
Apêndices	92

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta a percepção do aluno do ProJovem Urbano do Amazonas, nos municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba, a respeito de sua vivência nas atividades oferecidas pelo programa a saber, Ensino e Aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. O referido estudo insere-se em um projeto de investigação mais amplo do Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia – GETRA que objetiva construir o desenho do Programa ProJovem Urbano – PJU no Estado do Amazonas no período de 2009 a 2010.

Nos últimos anos, segundo Bango (2003), tem se percebido uma crescente preocupação com a realidade da juventude, que teve início a partir da visibilidade que os jovens passaram a ter em meados dos anos 80 e 90 do século XX em virtude do processo de redemocratização ocorrido no Brasil e na América Latina que redesenhou a agenda pública dos governos federais, estaduais e municipais.

A criação de uma agenda pública voltada para a juventude é recente, fruto de desdobramentos da conjuntura econômica e social e principalmente engendrada por fatores relacionados a comportamentos violentos envolvendo jovens das periferias das grandes cidades¹, tido como um problema para a sociedade brasileira que precisava ser contido, bem como, por outro lado, em função da visibilidade que passou a ter na cena pública de agências multilaterais e organizações não governamentais que elegeram os jovens como alvos de suas ações no decorrer dos últimos anos. (Sposito, 2007)

Neste sentido, de acordo com Alves (2006), surgiram às assessorias, coordenadorias, secretarias e programas que têm como desafio na contemporaneidade, desenvolver políticas públicas que atendam as necessidades deste segmento, considerando as especificidades de cada juventude em seu determinado local de moradia nesse imenso Brasil, e sem perder de vista a sua acentuada diversidade cultural.

Isto posto, é importante ratificar, que o ProJovem Urbano é uma política pública de juventude (programa) voltado para a diminuição da reprodução de desigualdades e com foco na inclusão e socialização do jovem, bem como tem sido uma das respostas do governo brasileiro ao enfrentamento à juventude excluída: *do mercado de trabalho, do acesso a educação de qualidade e da participação cidadã*, haja vista que no cerne do Projeto

¹ Jovens oriundos da cidade de Brasília assassinaram o índio Galdino em 1997, acontecimento este, que teve grande repercussão negativa para este segmento.

Pedagógico Integrado - PPI o currículo integra atividades de ensino aprendizagem que objetiva elevar o grau de escolaridade dos jovens, com idade entre 18 e 29 que abandonaram os estudos e não conseguiram concluir o ensino fundamental, promover o acesso á uma atividade de qualificação profissional, a princípio inicial por meio de arcos ocupacionais oferecidos pelo programa e fomentar exercício de cidadania por meio de da participação cidadã que proporciona ao jovem pensar a sua realidade de forma crítica, uma vez que é envolvido em ações sociais, culturais, esportivas e de lazer em sua comunidade. Os resultados aqui apresentados contribuirão para possíveis mudanças nas intervenções/implementações ou reorientações do poder público no que se refere às ações destinadas aos jovens do Brasil, e particularmente, a amazonense.

Com isto, espera-se que uma política pública voltada para juventude contenha em sua base o conceito de mudança, e que seja percebida e apropriada pelo usuário, neste caso pelo aluno do Programa Projovem Urbano. Nesta perspectiva, fez-se necessário conhecer a visão do jovem no que concerne a execução do Projovem Urbano, a forma como se apropria dos conhecimentos, privilegiando o ponto de vista de quem o vivencia na vida cotidiana. Este retorno para a sociedade e o Estado poderá ser um instrumento de reorientação de algumas ações do programa sempre com intuito de garantir o público alvo em questão que se trata da juventude do Brasil, particularmente do Amazonas.

Em consonância com os pressupostos expostos, é **objetivo geral** desta pesquisa: Conhecer a visão do jovem inscrito no Programa Projovem Urbano no Amazonas nos municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba, para saber os efeitos do Programa em sua vida a partir de sua inserção nas atividades de ensino - aprendizagem; qualificação profissional e participação cidadã. Para atender ao referido fim foram traçados os seguintes **objetivos específicos**, a saber: 1) Investigar a visão do aluno sobre o processo de ensino e aprendizagem no Projovem Urbano; 2) Identificar a percepção do aluno sobre sua inserção na atividade de Qualificação Profissional no Projovem Urbano; 3) Constatar o ponto de vista do aluno sobre a participação cidadã no Projovem Urbano.

Entendendo que a realidade em questão não é estática, pelo contrário, está em movimento constante o presente trabalho fundamenta-se na abordagem qualitativa, a partir da qual acompanhou a dinâmica da realidade dos jovens inseridos no programa, uma vez que Segundo Demo (1987), os cuidados com a metodologia são fundamentais uma vez que esta norteia o próprio fazer científico, sinalizando os procedimentos, as ferramentas, os caminhos a

serem percorridos. Nesse sentido, segundo Minayo (1994) a metodologia deve ser entendida como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.

Assim sendo, à luz dessas diretrizes a estrutura desta pesquisa é efetivada em momentos diferentes, porém complementares entre si. No primeiro momento foi realizado o levantamento bibliográfico, a identificação de referências, a recuperação dos textos e leituras de interesse e um contato inicial com o *lócus* da pesquisa. Nesta etapa ocorreu ainda, a definição dos sujeitos da investigação, bem como foram elaborados os instrumentos de coleta de dados. O segundo momento foi constituído pela pesquisa de campo, a qual propiciou ao pesquisador o mergulho na realidade investigada a ser norteado com a consecução da pesquisa qualitativa. O espaço delimitado para realização da pesquisa de campo foram os municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba. Para tanto, utilizou-se de 2 instrumentos de pesquisa sendo eles o roteiro de entrevista junto realizada com 7 alunos do ProJovem Urbano, sendo 2 em Manacapuru, 3 em Manaus e 3 em Iranduba e questionário aplicado junto a 45 alunos do ProJovem Urbano sendo, 14 em Iranduba, 15 em Manacapuru e 16 em Manaus. O terceiro momento é constituído pela análise, interpretação e classificação dos dados coletados na pesquisa de campo.

Para efeito didático, esta pesquisa encontra estruturada da seguinte forma:

Capítulo I – Uma abordagem sobre o processo de criação de Políticas de Juventude - envida-se esforço na construção de um acúmulo teórico acerca das trajetórias de construção de Políticas Públicas de Juventude no Brasil e no mundo, bem como pontua-se os fatores que desencadearam a criação de políticas específicas para este segmento no Brasil, baseadas em Silva (2009), Sposito (2003), Brenner (2005) dentre outros.

Capítulo II – Juventude em debate – trata – se dos diversos conceitos de juventude na contemporaneidade nos últimos anos, fazendo um recorte sobre escolarização, trabalho e cidadania, bem como aborda – se a juventude na contemporaneidade. O estudo tem como referência para a discussão, autores como Abramovay (2007), Esteves (2007), Carmo (2001), Cordeiro (2006) dentre outros estudiosos do tema.

Capítulo III – A visão dos alunos do Projovem urbano – Amazonas - por fim, este capítulo consiste fundamentalmente em apresentar a análise e interpretação dos dados e as informações coletadas na pesquisa de campo, sob a luz de rigorosa teia teórico-metodológica construída. Igualmente, os resultados são apresentados por meio de gráficos e das falas analisados sistematicamente através do real ao concreto pensado.

Em suma, este trabalho de pesquisa que ora subsidia este relatório final, quer contribuir com o fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão na UFAM, bem como, para o aprimoramento do referido programa.

CAPÍTULO I: UMA ABORDAGEM SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças; sempre que as igualdades nos descaracterize.

Boaventura de Souza Santos.

Na atualidade o tema juventude está em foco nas agendas dos governos federais, estaduais e municipais, será feito, neste capítulo, uma discussão sobre os marcos históricos de criação das Políticas Públicas de Juventude no Brasil e no mundo, baseadas em Silva (2009), Leon (2009), Sposito (2003), Brenner (2005) dentre outros. Em seguida, pontua-se os fatores que desencadearam a criação de políticas Públicas específicas para este segmento no país, e por fim, apresenta-se os principais programas e projetos direcionados para os jovens brasileiros nos últimos anos, sobretudo, com ênfase no Programa Projovem Urbano, por se tratar do lócus desta pesquisa.

1.1. Política Pública de Juventude: trajetória em construção

A discussão acerca da criação de Políticas públicas de Juventude foi um processo que teve início segundo Silva (2009), a partir dos levantamentos feitos pela Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito das condições de vida da juventude, contidas no Informe sobre a Juventude Mundial da ONU, que descreve um quadro desolador da não concretização dos direitos sociais, culturais e econômicos para grande parte da juventude do mundo, sobretudo para os países subdesenvolvidos.

De acordo com este documento, em um universo de 1,2 bilhão de jovens em todo mundo, 200 milhões vivem abaixo da linha da pobreza com menos de US\$ 1,00 per capita, 88 milhões não tem emprego e renda. Diante desta constatação o caminho apontado pela ONU foi à necessidade intervenções públicas para a juventude mundial nas áreas de educação, saúde e emprego.

Vale ressaltar que este compromisso por parte da ONU para com a juventude data de 1965, quando os seus Estados-membros assinaram a *Declaração sobre o Fomento entre Juventude dos Ideais de Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos*. Entretanto, foi apenas em 1985, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Juventude cujo tema

era *participação, desenvolvimento e paz* que o segmento Juventude alcançou materialidade e ampliou sua visibilidade em todo o mundo.

Ressalta Chaves (1999) que a realização da I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens que aconteceu na cidade de Lisboa em 1998, culminou em significativos avanços para este segmento, tendo em vista que resultou na Adoção da Declaração de Lisboa sobre a Juventude, do Fórum Mundial de Juventude e do Sistema das Nações Unidas, o qual deu origem ao Plano de Ação de Braga.

A partir da Declaração de Lisboa os países membros Organização Ibero Americana de Juventude² comprometeram-se a apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional criando práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude respeitando as especificidades de cada região. O Plano de Braga, por sua vez, é tido como um dos principais pontos de convergência de grandes mobilizações e articulações dos principais movimentos de juventude de todo mundo, em que se encontra expresso o reconhecimento de que os jovens são uma força positiva com grande potencial para contribuir para o desenvolvimento e o progresso social, bem como para a promoção dos direitos humanos. (Silva, 2009).

Vale ressaltar, segundo Silva (2009) que nos últimos vinte anos do século XX no campo dos compromissos internacionais, a questão da juventude foi marcada por diversos avanços, no âmbito da ONU e na agenda dos países membros da Organização Ibero Americana de Juventude já citados acima, uniram esforços na busca de políticas que garantam o acesso deste segmento aos bens de consumo básicos que lhes é de direito.

Esses esforços foram para discutir problemas comuns à juventude mundial, que a partir de 1988 passou a receber mais atenção por parte da mídia, da agenda governamental e da sociedade civil. Todavia, segundo Chaves (1999) a discussão sobre a importância dos jovens para estratégias das nações não é recente, diversos teóricos da década de quarenta e cinquenta dentre eles, Pedro Lain Entrango, Fernando Azevedo, Roger Bastide, Ortega Y Gasset e Gilberto Freire trabalharam o tema que foi tratado paralelamente à chamada Sociologia das Gerações.³

² São eles: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Bolívia.

³ Sociologia das Gerações entendida como o ramo das Ciências Sociais caracterizado pela constatação de que as ações humanas de cada grupo etário, somadas representam a própria totalidade social.

Como se percebe, o termo juventude desde os anos 40 e 50 já era alvo de polêmica no que concerne a demarcação temporal como forma de classificação, fator este que influencia

diretamente na definição de clientela alvo das políticas públicas para juventude de muitos países, e tem feito com que o conceito de juventude sofra alterações de acordo, não só com as dinâmicas regionais, mas também com as correlações de forças que se estabelecem entre Estado, sociedade civil e grupos políticos. A polêmica que surge quando se usa o termo juventude é essencial para a afirmação de uma política de juventude. É legítimo para efeito de políticas públicas para países latino-americanos e especialmente para o Brasil, que possui um número considerável de jovens. O próprio lugar geracional do termo juventude justifica a existência da Política de Juventude, pois reflete a importância deste segmento para o desenvolvimento social, bem como, para o desafio da construção de projetos coletivos que busquem transformações para sociedade.

O reconhecimento dos jovens enquanto atores sociais nos últimos anos por organismos internacionais e nacionais, relevantes no processo de diagnósticos, proposição e desenvolvimento de projetos, programas e políticas de interesse da cidadania ainda é bastante recente em todo o mundo como se percebe, foi sendo construído por meio de esforços e de união de vários países com vistas à garantia de melhores condições de vida para a juventude mundial.

Leon (2009) destaca alguns fatores que norteiam o entendimento para o impulso de criação de uma política pública de juventude que são eles:

- ✓ O diagnóstico do agravamento dos indicadores relacionados com a juventude em comparação com outras faixas de idades, em todo mundo, e das multiplicações dos problemas que os jovens sofrem na sociedade, resultantes das transformações que ocorreram no mundo do trabalho e da globalização.

- ✓ A atuação de redes, movimentos e organizações de jovens que são apoiados por especialistas, educadores e investigadores sociais com propostas de ações materializadas em cartas e declarações desenvolvidas por reflexões da sociedade civil e dos governos de grande parte dos países acidentais, ou por via de consensos entre os países nas Assembleias das Organizações das Nações Unidas (ONU).

Com base em Leon (2009) o quadro abaixo descreve as conquistas históricas que aconteceram no processo de criação de políticas públicas de juventude mundiais.

Quadro – 01: Marcos histórico na criação de Políticas de juventude no mundo

1965	Política de juventude no contexto das Nações Unidas (ONU)
Aconteceu a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que aprovou a resolução N. 2.037 “Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos”.	
1991	Primeiro Fórum Mundial de Juventude
Entendeu-se que a participação do jovem é fundamental para a construção de políticas públicas de juventude, novos canais de participação foram articulados e fortalecidos como os Conselhos Nacionais de Juventude e o Fórum Mundial de Juventude.	
1995	ONU estabelece o Ano Internacional da Juventude
A partir desta resolução a os países reconhecem os jovens como categoria integrada por diversos subgrupos, ao invés de uma unidade demográfica única.	
1995	Programa de Ação Mundial para Jovens até o ano 2000 e nos anos seguintes (PMJA)
Aprovou um conjunto de diretrizes e recomendações que visavam melhorar a situação dos jovens no mundo, o plano contou com 10 áreas prioritárias: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, drogas, delinquências juvenil, atividade de tempo livre, gênero e a participação efetiva dos jovens na vida social e nos processos de tomada de decisão.	
1998	Fórum de Participação da Juventude no desenvolvimento Humano – Plano de Ação Braga
Resultou na primeira carta de internacional de consenso aprovada com a participação das juventudes das internacionais comunistas, socialistas, democrata cristã e liberal e uma parcela expressiva da sociedade civil organizada.	
2001	Fórum de Dakar – Estratégia para o Empoderamento da Juventude
Abriu canais de diálogos entre organizações de juventude da sociedade civil e instituições governamentais, com vistas à implementação de políticas integradas e intersetoriais de	

longo prazo que atendam as necessidades comuns as juventudes.	
2003	Definição das áreas prioritárias em relação à juventude
Resultou na definição de mais cinco áreas de prioridade relacionadas à juventude que são elas; globalização, tecnologia de informação e comunicação, AIDS, jovens e prevenção de conflitos, relações internacional.	
2005	Convenção Ibero Americana de Direitos dos Jovens
Apontou um conjunto harmônico de normas relacionadas com o reconhecimento à promoção das juventudes e com a efetiva implementação das políticas de juventude. Resultou no primeiro documento de referência no mundo desenvolvido em âmbito multilateral, que promove o direito do jovem.	

Fonte: Pesquisa bibliográfica, 2011.

No tópico seguinte será exposta a trajetória da construção de Políticas Públicas de Juventude no Brasil.

1.2. Políticas públicas de juventude no Brasil: um breve histórico

A história do desenvolvimento de políticas públicas de juventude no Brasil, constitui-se um processo de elaboração complexo e contínuo, tendo em vista, que existe uma correlação de forças constante entre o Estado e as organizações da sociedade civil para criação e implementação de programas, projetos e políticas direcionadas para atender as demandas e garantir com que os direitos da juventude sejam respeitados. Estes embates que acontecem são sadios, pois é por meio deles que surgem as demandas que se transformam em políticas públicas específicas para este segmento.

De acordo com Silva (2009) com o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, em 1985, pela Organização das Nações Unidas - ONU, juntamente com as agências intergovernamentais como a Organização Ibero Americana de Juventude – OIJ representaram um grande impulso para que as questões de juventude entrassem na pauta de políticas públicas dos países da América Latina, ao longo da década de 1990. Todavia, pontua que a mesma dificuldade, que o Brasil enfrenta para desenvolver políticas de juventude, outros países da América Latina também enfrentam.

As políticas públicas para juventude no Brasil, segundo Bango (2003) começaram a ser pensadas a partir dos anos 80 pela via dos problemas, quando a juventude teve papel de destaque na reconstrução democrática do país, por meio de uma participação maciça nos debates políticos e nos movimentos estudantis, que ansiavam pelo retorno da democracia e o fim do período ditatorial, a exemplo deste as “Diretas Já”⁴. Todavia, é neste período histórico segundo o autor supracitado, que se inicia a visão negativa que a sociedade tem a respeito da juventude, que perdura até hoje. Esta visão foi engendrada, segundo Carmo (2001), pelos movimentos de contestação e reivindicação juvenil existentes nas últimas décadas do século XX e os movimentos culturais dos quais faziam parte tanto jovens de baixo poder aquisitivo, quanto jovens de classe média. Ambos, tanto o primeiro quanto o segundo grupo tiveram sua importância ao longo do processo histórico, na construção da identidade da juventude. Se por um lado os jovens de classe média formavam grupos, como exemplo os “hippes”, que participavam de manifestações estudantis e grandes viagens psicodélicas das drogas e o amor livre, por outro lado, os jovens de baixo poder aquisitivo criaram o grupo chamado “skinheads” (cabeças raspadas), formado por jovens da classe operária e das zonas periféricas. Embora, a forma de se expressar dos dois grupos sejam distintas ambos, eram tidos como causadores de problemas pela sociedade.

A partir da identificação de problemas de saúde pública e comportamentais que afetavam a juventude brasileira de acordo com Sposito (2003), o jovem passou a ser percebido como grupo social relevante, no sentido político das agendas federais, estaduais e municipais sobre o qual o Estado deveria tecer preocupação, principalmente quando se considera que o Brasil possui uma população jovem que ocupa uma parcela considerável do contingente total de habitantes do país. Por isso, a ausência de políticas públicas voltadas especificamente para este seguimento da população é um antigo problema, a chamada dívida social que se tem como herança que foi passada por um processo repressivo longo de governos clientelistas no qual toda a sociedade brasileira fez parte.

Vale ressaltar, que uma das maiores vítimas desta referida conjuntura foi à juventude, pois mais do que nunca os jovens brasileiros mostram-se vulneráveis a questões como desemprego, violência e drogas, que vêm somar-se às mazelas decorrentes da falta de investimentos em educação e em programas de complementação de renda para este segmento. Como forma de compensar, segundo Bango (2003), pôs-se em prática diversos programas de combate à pobreza, baseados especialmente na transferência direta de recursos aos mais

⁴ Movimento realizado em Brasília pelos jovens caras pintadas que resultou no IMPEACHMENT do presidente Fernando Collor de Melo.

empobrecidos para tentar amenizar as desigualdades sociais, e os problemas decorrentes das diversas disparidades sociais resultantes da conjuntura política de outrora.

Conforme Sposito (2003) são para esses jovens que a partir da década de noventa, após o reconhecimento de vários antagonismos que os afetavam, são implementadas no Brasil diversas ações e programas emergenciais estaduais e municipais. A priori de cunho imediatista, focalizado que são logo associados a problemas os chamados programas de inclusão e de combate a endemias, desemprego, analfabetismo e violência sendo todos baseados na leitura neoliberal do Estado de gerir políticas públicas. Entretanto, dado seus escopos reduzidos e experimentais, não chegaram a representar uma estratégia nacional de promoção dos jovens.

Grande parte destes programas tinha como foco jovens excluídos ou em risco social que moravam nas zonas periféricas das grandes cidades e eram executados a partir de transferência de recursos da União aos demais entes federativos, Organizações não governamentais - ONGs e fundações empresariais. De forma geral afirma Novaes (2003) eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho.

A discussão acerca da criação de políticas públicas para juventude é recente de acordo com Sposito (2007), somente em meados dos anos 90 o debate público sobre as questões juvenis veio à tona e o Estado começou a pensar em construir um modelo brasileiro de políticas de juventude a partir de dados estatísticos acerca da juventude a nível estadual, municipal e federal, e que estratégias foram criadas para dar subsídios para que este segmento recebesse a devida atenção por parte do Estado.

Foi então que em 2004 de acordo com Silva (2009) inicia-se no Brasil um amplo processo de diálogo, entre governo, sociedade civil e movimentos sociais, sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. Este processo concedeu projeção nacional à temática da juventude. Entre as iniciativas mais importantes ocorridas destacam-se as seguintes:

- ✓ Realização da Conferência Nacional de Juventude – CNJ, pela Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal, que aconteceu em abril de 2004, na capital federal, e mobilizou mais de 400 mil pessoas em todo o Brasil por meio de debates (conferências regionais) em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas, e resultou na definição de um conjunto de prioridades e

resoluções que deverão nortear as políticas públicas de juventude em todas as esferas governamentais;

- ✓ Criação em 2004 do Grupo de Trabalho Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República - SGPR, que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil;

- ✓ Realização do Projeto Juventude - PJ entre 2003 e 2004, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude;

- ✓ Encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC no 394/2005), que inclui a expressão “jovem” na denominação do capítulo VII e dá nova redação ao artigo 227 da Constituição;

- ✓ Encaminhamento do Projeto de Lei - PL propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL n. 27/2007);

- ✓ Encaminhamento do Projeto de Lei - PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL n. 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros.

Neste momento de criação de todos esses aparatos legais, segundo Novaes apud Sposito (2009), o que se observava era a explicitação de soluções que buscavam a dissolução do binômio, juventude – violência, propondo a ideia de que o tema das políticas públicas de juventude seriam respostas a um conjunto de demandas diversificadas e de direitos não atendidos deste segmento, afirma ainda que todos esses esforços por parte de ONGs parlamentares, partidos políticos, gestores públicos, gestores públicos, sindicatos e associações, agências multilaterais em nível federal engendraram na necessidade de criação de um espaço institucional específico de juventude.

Mediante isso, em resposta as necessidades detectadas pelo diagnóstico das condições de vida dos jovens de todo país, bem como dos programas realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial que o governo federal, inicialmente sob a forma de medida provisória lei n. 11.121/2005 cria a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ⁵, que possibilitou agrupar e fomentar a elaboração de políticas públicas voltados para juventude brasileira. Com a secretaria, também foram criados Programas de Emergências, voltado para jovens entre 18 e

⁵ Órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República que buscou articular os programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do governo federal

24 anos que estão fora da escola e do mercado de trabalho (Projovem, na fase inicial), e o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE⁶. (Silva, 2009),

De acordo com Silva (2009) o Grupo Interministerial apontou nove desafios que deveriam pautar a Política Nacional de Juventude:

1) Ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; 2) Erradicar o analfabetismo entre os jovens; 3) Preparar para o mundo do trabalho; 4) Gerar trabalho e renda; 5) Promover vida saudável; 6) Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; 7) Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; 8. Estimular a cidadania e a participação social; 9) Melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Para além dos desafios apontados, outra orientação do Grupo Interministerial segundo Silva (2009), acatada pela Presidência da República, foi à criação de um programa nacional, de caráter emergencial, que fosse capaz de dialogar com a dívida social do país, contemplando os jovens excluídos com educação, formação profissional e emprego. Diante desse desafio em 2005, o arcabouço institucional federal para a implementação de uma Política Nacional de Juventude contava com as seguintes institucionalidades:

1. **Secretaria Nacional de Juventude**, com as seguintes atribuições:
 - ✓ Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude.
 - ✓ Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude.
 - ✓ Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude.

2. **Conselho Nacional da Juventude**, criado para:
 - ✓ Formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude.

 - ✓ Fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil.

⁶ Conjuve - Conselho que tem caráter consultivo formado por 57 membros 1/3 de representantes de secretarias e ministérios e 2/3 de representantes da sociedade civil.

3. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens**, que contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens e transferia auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 para os jovens que apresentavam as seguintes características:

- ✓ Tinham entre 18 e 24 anos.
- ✓ Haviam concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental.
- ✓ Não tinham vínculo empregatício

Com base em Leon (2009) o quadro abaixo descreve as conquistas históricas que aconteceram no processo de criação de políticas públicas de juventude no Brasil

Quadro – 02: Marcos histórico na criação de Políticas de juventude no Brasil

1927	1ª Legislação específica sobre jovens e adolescentes no Brasil - Código do Menor
Marca a intervenção do Estado na elaboração das políticas públicas para a infância e juventude no Brasil, visava à formação de adultos preparados para adentrar no mercado de trabalho.	
1940	Novo marco na formulação de políticas públicas de juventude (controle social)
Visava à obrigatoriedade de educação moral, cívica e física da criança e da juventude de forma repressiva.	
1970	A sociedade civil de resistência
Organização da sociedade civil em defesa dos direitos das crianças e dos jovens para que passassem a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e não apenas como perigo para a sociedade.	
1988	Lei de proteção da criança, adolescente e juventude.
Resultou no art. 24 da constituição de 88 “que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar corretamente sobre a proteção à infância e a juventude”.	

1990	Criação do Estatuto da Criança e do adolescente – ECA
Deu-se início a um novo ordenamento jurídico institucional da menoridade no Brasil. Todavia os jovens acima de 18 anos ficaram de fora.	
2002	Agenda jovem – pautando o Governo para uma política de juventude participativa
Organizações e movimentos de juventude de todo Brasil, pressionaram e conseguiram aprovar no Rio de Janeiro a Carta Jovem 2002, com propostas específicas voltadas para juventude para os futuros presidentes incluírem em seus planos de governo.	
2003	Institucionalização das políticas públicas de juventude no âmbito federal
Com o novo desenho político do país com a eleição do presidente Lula, foi desenvolvido o Programa Nacional do primeiro Emprego (PNPE), e criada um unidade de juventude no Departamento de Trabalho e Emprego do Ministério do trabalho (DPJ-TEM).	
2004	Fortalecimento dos mecanismos de participação
Consulta pública com mais de 50 organizações de juventude de todo Brasil, sobre o (PNPE), que culminou na realização da primeira Conferência Nacional de Juventude.	
2005	Novos instrumentos na implementação das políticas públicas de juventude
Criação do Índice de Desenvolvimento de Juventude (IDJ), Projeto Juventude, Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).	

Fonte: Pesquisa bibliográfica, 2011

Os marcos históricos demonstram o longo caminho percorrido na construção de Políticas Públicas específicas de Juventude no Brasil.

Sposito (2009) pontua que embora seja recente a criação de uma agenda pública em torno de ações governamentais dirigidas aos jovens, o Brasil tem evitado dissociar as iniciativas setoriais como; educação, saúde, entre outras do conjunto das denominadas políticas públicas de juventude, sobretudo tem se formado uma rede de atendimento por meio de projetos, programas e políticas que beneficiam a juventude brasileira.

No t3pico seguinte ser3o apresentados os principais programas de Juventude criados no Brasil a partir dos avanços conquistados nas ultimas d3cadas do s3culo XX para atender a juventude brasileira.

1.3. Principais Programas de Juventude criados no Brasil.

Segundo silva (2009) dentre as iniciativas que foram colocadas em pr3tica no decorrer deste processo de criaç3o de Pol3ticas P3blicas de Juventude - PPJ pode-se observar abaixo a relaç3o de programas federais de juventude existentes at3 setembro de 2007, agregados em eixos tem3ticos a exemplo: elevaç3o de escolaridade; capacitaç3o profissional e cidadania; qualificaç3o e formaç3o profissional; educaç3o-ensino superior; financiamento e cr3dito rural; cultura, esporte e lazer; meio ambiente.

Eixo 1) ELEVAÇ3O DE ESCOLARIDADE, CAPACITAÇ3O PROFISSIONAL E CIDADANIA NO TOTAL DE 7 PROGRAMAS.

✓ **ProJovem:** voltado a certificaç3o do ensino fundamental, capacitaç3o inicial para mundo do trabalho, desenvolvimento de aç3es comunit3rias, e pagamento de um aux3lio financeiro de R\$ 100 por m3s, direcionado para Jovens de 18 a 24 anos sem carteira profissional assinada que terminaram a 4ª s3rie, mas n3o concluíram a 8ª s3rie do ensino fundamental objetiva a re-inserç3o do jovem atrav3s da formaç3o, integrando aumento da escolaridade, qualificaç3o profissional e aç3o comunit3ria.

✓ **Projovem Adolescente:** Oferta atividades socioeducativas por um per3odo de 24 meses, com introduç3o a conhecimentos sobre o mundo do trabalho, desenvolvimento de habilidades gerais e est3mulos a pr3ticas associativas, aux3lio financeiro de R\$ 30 reais pago a fam3lia do adolescente.

✓ **Projovem Trabalhador:** Profissionalizaç3o, elevaç3o de escolaridade, prestaç3o de serviç3os comunit3rios e formaç3o para a cidadania, e R\$ 600, distribu3dos em 5 (cinco) parcelas de R\$ 120. Atende jovens entre 16 e 24 anos, provenientes de fam3lias de baixa renda (renda familiar per capita de at3 1/2 SM).

✓ **Projovem Campo:** Elevaç3o de escolaridade, qualificaç3o profissional inicial em produç3o rural, formaç3o integrada ao mundo do trabalho e da cidadania. Pagamento financeiro de R\$ 100 reais. Direcionado aos jovens da agricultura familiar entre 18 a 29 anos.

- ✓ **Soldado Cidadão:** atividade de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com intuito de prepara-los para o mercado de trabalho.
- ✓ **Jovem Aprendiz:** aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado. Atende jovens de 14 a 24 anos.
- ✓ **Proeja:** Educação profissional integrada com ensino médio: cursos de formação inicial e continuada, com carga horária máxima de 1.600 horas. Direcionado a Jovens e adultos que já concluíram o ensino fundamental e tenham, no mínimo, 18 anos de idade.

Eixo2) EDUCAÇÃO – ENSINO MÉDIO E SUPERIOR NO TOTAL 2 PROGRAMAS

- ✓ **Universidade para Todos (ProUni):** Concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes brasileiros de baixa renda. Direcionado a jovens com renda familiar per capita de até 1 e ½ SM, para bolsa integral, ou até 3 SMs, para bolsa parcial (50,0% do valor da mensalidade), e professores da rede pública que não tenham formação superior.
- ✓ **Projeto Rondon:** Desenvolvimento de trabalhos nas respectivas áreas de estudo, sob a supervisão de professores, durante as férias universitárias. Estudantes universitários.

Eixo 4) FINANCIAMENTO E CRÉDITO RURAL NO TOTAL DE 2 PROGRAMAS

- ✓ **Nossa PrimeiraTerra:** Assegura crédito e financiamentos com juros subsidiados para a compra de imóveis rurais. Voltado para jovens de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural.
- ✓ **Pronaf Jovem:** Financiamento de até R\$ 6 mil para cada unidade familiar, sendo que o prazo de pagamento é de dez anos, com juros de 1,0% ao ano, e o prazo de carência pode ser de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto. Atende jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.

Eixo 5) CULTURA, ESPORTE E LAZER NO TOTAL DE 4 PROGRAMAS

✓ **Bolsa Atleta:** Garantia de apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. Direcionado a jovens maiores de 12 anos, atletas das categorias: estudantil, internacional, nacional e olímpico-paraolímpica.

✓ **Escola Aberta:** oferta de atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do ensino médio e fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender à comunidade. Os coordenadores das oficinas recebem uma ajuda de custo mensal de R\$ 150. Voltado para Jovens e pessoas da comunidade.

✓ **Pontos de Cultura:** Ampliação do acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais. Repasse de cerca de R\$ 185 a cada Ponto de Cultura para a realização de suas atividades e para a aquisição de kit de produção multimídia, computadores com internet banda larga e programas de software livre, estúdio e ilha de edição. Atende População de localidades rurais, indígenas e quilombolas, e centros urbanos de todo o país.

✓ **Segundo Tempo:** Promoção do acesso de crianças e jovens adolescentes da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo. Direcionado a Crianças e adolescentes em situação de risco social.

Eixo 6) MEIO AMBIENTE NO TOTAL DE 1 PROGRAMA

✓ **Juventude e Meio Ambiente:** Realização de oficinas de formação em: educação ambiental, fortalecimento organizacional, empreendedorismo e participação política. Atende Jovens entre 15 e 29 anos.

Eixo) SAÚDE

✓ **Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas:** submissão voluntária a testes em vírus de HIV, disponibilidade de preservativos nas escolas, informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, saúde reprodutiva e drogas.

✓ **Programa Saúde na Escola:** avaliação das condições de saúde, ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável, promoção das práticas corporais e atividades físicas, prevenção de gravídes e de doenças sexualmente transmissíveis.

✓ **Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania:** redução da exposição dos jovens a violência e à criminalidade.

✓ **Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens:** articulação política, levantamento, análise e difusão de metodologias que contribuam para a diminuição da violência e, sobretudo, para a diminuição das taxas de letalidade de adolescentes e jovens no Brasil.

Como uma das principais preocupações com a juventude diz respeito redução de disparidades por meio da educação, trabalho e cidadania, os programas que estão sob o eixo 1 buscam desenvolver, de forma integrada, ações que visam à ampliação da escolaridade, à capacitação profissional e ao envolvimento com ações de cidadania: ProJovem – modalidades Urbano, Adolescente e Trabalhador, na submodalidade Juventude Cidadã – e Programa de Educação para Jovens - Proeja. Os demais programas do eixo 1 apresentam como foco central a capacitação para a inserção no mercado de trabalho, independentemente do grau de escolaridade do jovem. (Silva, 2009)

Vale ressaltar, que os programas e as políticas públicas existentes hoje não abrangem universalmente a juventude como deveria, tendo em vista, as dificuldades para integrar ações direcionadas a este segmento, que vise superar a transversalidade do tema juventude, ou melhor, juventudes. Sobretudo, segundo Silva (2009) por se tratar de um tema complexo que envolve questão etária, a tensão entre proteção social/participação; emancipação/formação de uma nova família torna-se mais um complicador tanto para caracterizar este público-alvo, já que o mesmo segmento social juvenil comporta diferenciadas trajetórias de vida.

Ainda assim, é preciso reconhecer que no Brasil, desde 2005, vários esforços foram feitos no sentido de elaborar parâmetros e descobrir caminhos que permitam a construção de uma Política Nacional de Juventude, bem como a Secretaria Nacional de Juventude tem feito constantemente apelos para que os diferentes ministérios, no planejamento e na execução das políticas setoriais, considerem as singularidades do público jovem, levando em conta suas estratificações etárias de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, como também tem buscado parcerias com instituições de pesquisa e planejamento, com vistas a obter informações estatísticas acerca de ampliar o conhecimento sobre a juventude brasileira. (Silva, 2009).

De acordo com Novaes (2003) é essencial dotar os jovens a uma participação efetiva de decisão naquilo que permeia sua vida, através de muito estímulo para que este segmento

desenvolva suas potencialidades. Estímulo este que só opera por meio de investimento em educação de qualidade e qualificação profissional em parceria com instituições tais como as universidades, de forma que os mesmos se reconheçam como sujeitos de direito. Caso contrário os jovens sem educação e trabalho estão destinados ao subemprego, submetidos a formas de trabalhos precários decorrente da flexibilização sofrida pelo mundo do trabalho nas últimas décadas e a uma espécie de subvida marcada pela ausência de perspectivas e de ambições positivas. Estes, são os que a ONU chama de uma "cultura impulsionada pela mídia", não podem aspirar aos bens e valores cultuados por essa mesma mídia e, o que é mais grave, acaba perdendo um dos mais nobres direitos relacionados à natureza humana o direito de sonhar.

Indubitavelmente, para que políticas públicas de juventude sejam implementadas e mudanças aconteçam na vida dos nossos jovens e no Brasil, sobretudo, é preciso mudar a visão que parte da sociedade tem acerca da juventude, carregada de estigmas do passado, e pensar a juventude como potencial de mudança e investir no protagonismo juvenil. Outro fator importante que merece ser pontuado, segundo Bango (2003) é a maneira como são concebidas as políticas públicas, partindo do interesse de partidos políticos que as transformam em instrumento para ganhar eleição, sobretudo, quando são implementadas em época de eleição em curto prazo de forma emergencial e focalizada.

Para, além disso, a crença equivocada de que a juventude é um problema, resulta em um tipo de política pública onde o jovem deve ser controlado tanto em suas manifestações quanto em seu comportamento. Há, portanto, uma clara e grave violação de direitos. Todavia, é perceptível e contrariando o senso comum, os jovens são, sim, capazes de identificar o tipo de necessidade a ser atendida e de desenvolver suas competências, sua participação pode ser uma valiosa contribuição na promoção de seus direitos, da sociedade como um todo e de melhores condições de vida, para tanto, é preciso valorizar suas competências e capacidade de superação e estimular a expressão de suas percepções e a defesa de seus direitos. (Sposito, 2003).

Percebe-se, que um elemento fundamental neste processo de construção do protagonismo juvenil, refere-se à centralidade no jovem como um ator principal, como sujeito. Isto significa, sobretudo, investir no desenvolvimento de atividades educacionais que provoquem os jovens a tomar iniciativas, a assumir um papel de sujeito inserido no movimento societário. Esse processo de educação para a cidadania segundo Novaes (2003),

passa pela exigência de práticas onde se possam exercitar valores desenvolvendo o sentimento de pertença da juventude.

Pode-se tomar como exemplo de programa, que tem estimulado o jovem a exercitar valores e desenvolver potencialidades, o Projovem Urbano, que tem buscado diminuir o ciclo de reprodução de desigualdades proporcionando ao jovem a oportunidade de concluir o ensino fundamental, participar de cursos profissionalizantes que facilitará sua entrada no mundo do trabalho, bem como permitirá ao jovem, desenvolver experiências pessoais de participação cidadã de forma crítica, tanto no ambiente escolar, quanto comunitário.

É hora de adentrar no universo juvenil, para entender melhor e ouvir o que os próprios jovens querem e pensam sobre o seu futuro, respeitando suas especificidades, para que o mesmo seja participante neste processo de construção de políticas públicas de juventude, principalmente porque o que se proporciona para os jovens hoje é o que determinará o futuro do Brasil de amanhã.

O tópico seguinte ira apresentar o Programa de Inclusão de jovens e adultos - Projovem Urbano como resposta do governo brasileiro a reprodução de desigualdade entre o segmento da juventude.

1.3.1. Programa ProJovem Urbano

O programa ProJovem Urbano é uma iniciativa do Governo Federal que integra políticas públicas direcionada à juventude em todo país, visando promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, ainda não concluíram o ensino fundamental, mediante a integração do ensino básico à capacitação para o mundo do trabalho e participação cidadã.

A Presidência da República, com o objetivo de promover uma ampla e diversificada inclusão social dos jovens brasileiros, implantou, em 2008, o programa Projovem Urbano, com a finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui-se em uma reformulação do Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens (2005-2008).

O Programa Projovem foi implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretária-Geral da Presidência da República em 2005, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Programa, regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005, obteve parecer

favorável da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE. 2/2005, de 16/03/2005, aprovado pela Resolução 3/2006, de 15/08/2006, a princípio era tido como experimental, de acordo com o artigo n. 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Todavia, após intensos debates sociais e políticos passou a integrar a agenda pública nacional, como política pública de juventude, uma vez que continha em seu cerne uma proposta inovadora de gestão intersetorial que primava pela formação integral do segmento juvenil brasileiro com idade de 18 a 24 anos.

Todavia de acordo com Duarte (2009), após pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE/POLIS (2009) em parceria com o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Instituto Polis)⁷. No Brasil, o universo da mostra foi composto por 3.500 entrevistados/as com mais de 18 anos de idade, dando destaque especial ao estrato jovem, de 18 a 29 anos, em função do objetivo central da investigação, se percebeu a necessidade de algumas mudanças e um redirecionamento do programa, tornando-se Projovem integrado, o quadro abaixo descreve as o processo de mudança pelo qual passou o programa.

Quadro: 03 - Projovem Integrado - critérios, benefícios oferecidos, abrangência e posição de atendimento.

Modalidade PROJovem	Faixa etária	Crítérios seleção	Benefício oferecido	Valor e prazo do recebimento do auxílio	Abrangência	Situação
Urbano SNJ/SGPR	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Saber ler e escrever; Não ter concluído o E.F; Ser membro de família com renda per capita de até meio SM. 	<ul style="list-style-type: none"> Certificação do E.F Formação Profissional Desenvolvimento de atividades de participação cidadã. 	<ul style="list-style-type: none"> R\$100,00/mês Período de 20 meses 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios com mais de 200 mil habitantes conveniados diretamente com o governo federal Municípios com menos de 200 mil habitantes conveniados via estados 	<ul style="list-style-type: none"> 163,924 alunos matriculados até maio de 2009
Trabalhador TEM	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Ter frequentado o ensino fundamental e médio ou cursos de educação de jovens e adultos com conclusão e situação de desemprego; Pertencer à família com renda per capita de até um salário mínimo. 	<ul style="list-style-type: none"> Profissionalização; Experiências em ações comunitárias. 	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 100,00/mês Período de 6 meses 	<ul style="list-style-type: none"> Nacional, funciona por meio de adesão de estados e municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> Em dezembro de 2008, 87 municípios, 14 estados, e o distrito Federal assinaram o termo de a adesão, possibilitando a qualificação de 188,760 jovens no decorrer de 2009.
Campo	18 a 29	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar na agricultura familiar; 	<ul style="list-style-type: none"> Elevação da escolaridade; 	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 100,00/mês Período de 12 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios localizados nos 	<ul style="list-style-type: none"> Foram ofertadas 35 vagas em 2008 e

⁷ Pesquisa realizada entre agosto e outubro de 2008 e denominada “Juventude e integração Sul-Americana: diálogos para construir a democracia regional”, que entrevistou 14% mil pessoas a respeito da juventude e suas questões. Sua amostra era composta por 50% jovens – 18 a 29 anos e 50% de adultos – 30 a 60 anos e foi realizada nem 6 países da América do Sul - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, Brasil.

MEC/MDA		<ul style="list-style-type: none"> Saber ler e escrever; Não ter concluído o ensino fundamental; Não estar matriculado em curso regular. 	<ul style="list-style-type: none"> Certificado em ensino fundamental; Qualificação profissional inicial em produção rural familiar. 	meses	territórios de cidadania em 19 estados da federação AL,BA,CE,MA,PE,PI,RN,SE,MT,MS,S C,PR,MG,ES,AM,P R,MG,ES,AM,PA,R O e TO.	encontra-se em processo de resolução para o atendimento da meta de 2009 – 48,377 jovens aguardando publicação pelo Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – julho 2009
Adolescente MDS	15 a 17	<ul style="list-style-type: none"> Pertencer à família em condição de extrema pobreza e beneficiária da bolsa família; Ter frequência escolar de 75%; Ser egresso do PET; Ser egresso ou vinculado a programas de combate ao abuso e a exploração sexual. 	<ul style="list-style-type: none"> Atividades socioeducativas; Introdução sobre o conhecimento sobre o mundo do trabalho; Desenvolvimento de habilidades gerais e estímulos a práticas educativas 	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 30,00/mês pago às famílias com jovens de 16 e 17 anos; Cada família pode receber no máximo 2 benefícios totalizando R\$ 60,00 	<ul style="list-style-type: none"> Nacional, mas os municípios são selecionados, por meio de alguns critérios como, possuir pelo menos um CRAS, e reunir, no mínimo 40 adolescentes cujas famílias recebam o bolsa família. 	<ul style="list-style-type: none"> Até novembro de 2008 foram instaladas 17,557 turmas, sendo preenchidas 438 mil vagas.

Fonte: Ministérios Setoriais

Elaboração das autoras: Silva e Andrade.

O quadro acima apresenta de forma detalhado a característica do Projovem Integrado, os ministérios dos quais fazem parte, os benefícios oferecidos, bem como todos os critérios de inclusão, para beneficiários e para Estados ou municípios participantes.

Isto posto, no ano de 2008, o ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens sofre algumas alterações, a partir de Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007 tornando-se ProJovem Integrado, destinado a jovens de 15 a 29 anos criado a partir da integração de seis programas já existentes – Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola Fábrica e passa a ser desenvolvido por meio de quatro modalidades do Projovem Integrado que são eles: *ProJovem Adolescente*, *ProJovem Urbano*, *ProJovem Campo* e *ProJovem Trabalhador* que tem como meta sair dos 467 mil jovens atendidos e atingir 4,2 milhões de jovens até 2010. (PPI, 2008). Nosso foco de estudo contempla apenas a modalidade de ProJovem Urbano no estado do Amazonas, especificamente, a visão do próprio Jovem nos municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba .

Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o novo ProJovem Integrado entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 com objetivo de promover a juventude brasileira a reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. A gestão do programa é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, o MTE, o MDS e o MEC. O programa foi instituído pela Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008, e regulamentado pelo decreto no 6.629, de 4 de novembro de 2008. (PPI, 2008).

Com base em Silva (2009) o quadro abaixo descreve principais mudanças introduzidas a partir de 2007 no Programa ProJovem, que passou a ser Projovem Integrado.

Quadro – 04: ProJovem – principais mudanças introduzidas em 2007

PROGRAMA ANTERIOR 2004	PROGRAMA APÓS A UNIFICAÇÃO	VÍNCULO INSTITUCIONAL	PRINCIPAIS MUDANÇAS
ProJovem	ProJovem Urbano	SGPR/SNJ	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos • Ampliou a duração do programa de 12 para 18 meses. Foi entendido para as unidades prisionais ou sócio educativas de privação de liberdade • Excluiu a condição de não presença no mercado de trabalho • Mudou a forma de repasse para os municípios, os estados e o Distrito Federal, pois não é mais exigido o repasse por meio de convênio ou instrumento congênere. Agora o repasse é realizado por transferência automática.
Consórcio Social da juventude, Juventude Cidadã, Empreendedorismo Juvenil	ProJovem Trabalhador	MTE	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporou o Programa Escola de Fábrica, do MEC • Alterou a faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos.
Agente Jovem	Projovem Adolescente	MDS	<ul style="list-style-type: none"> • Extinguiu o auxílio financeiro de R\$65,00 – um benefício de R\$ é pago diretamente às famílias • Priorizou os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família • Ampliou a permanência no programa para até 24 meses • Previu a expansão territorial na lógica dos

			Centros de Referências de Assistência Social (Cras) Sistema Único de Assistência Social (Suas) para 4 mil municípios até 2010.
Saberes da Terra	ProJovem Campo Saberes da Terra	MEC e MDA	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitou a faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos – antes o programa atendia a partir dos 15 anos e não tinha limite de idade ainda que priorizasse os jovens entre 15 e 29 anos • Incluiu bolsa auxílio mensal de R\$100,00 por jovem atendido - antes não concedia auxílio financeiro

Fonte: Ministérios Setoriais
Elaboração das autoras: Silva e Andrade.

O quadro acima apresenta as mudanças que aconteceram com o antigo Projovem que passou a ser Projovem Integrado em 2007, a partir da junção de 6 programas já existente.

De acordo com o Projeto Pedagógico Integrado – PPI, o Projovem Urbano se caracteriza por apresentar: propostas inovadoras de gestão inter-setorial, e de implantação em regime de cooperação com os Estados, Municípios e DF; Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, articulando conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida; materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do Programa; um completo e inovador Sistema de Monitoramento e Avaliação de todas as ações desenvolvidas ao longo do programa.

O Projovem Urbano permite distinguir os aspectos essenciais de sua proposta, que incorpora, amplia e aprimora o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem objetivando: Tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania o que permite ao jovem se reconhecer como sujeito de direitos de forma que se produza um diálogo aberto de escutas e aprendizados mútuos.

Desenvolver currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional em que o jovem atue como sujeito construtor em tudo o que faça sentido para eles, com base nesta perspectiva o currículo do ProJovem Urbano se sustenta na integração de três dimensões fundamentais; a Qualificação Profissional, na forma de qualificação inicial em um arco de ocupações; e a Participação Cidadã que envolve ações comunitárias. Culturais, esportivas e de lazer. Para,

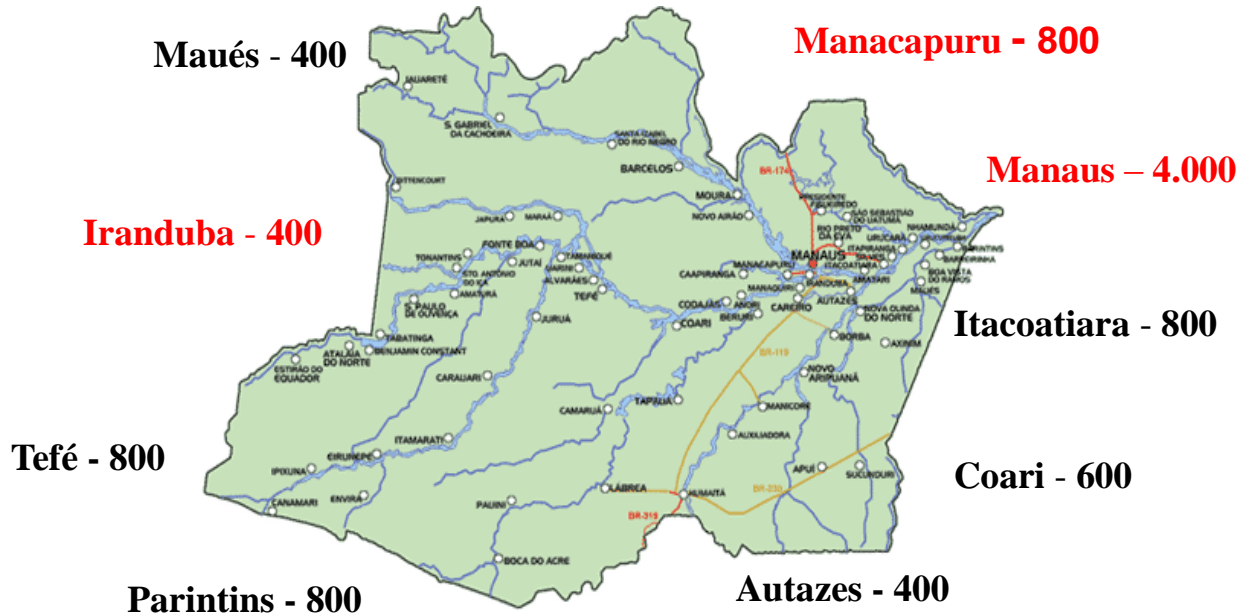
além disso, visa propor formas do projeto pedagógico, evitando que o Programa se descaracterize e perca o sentido; definir estratégias de atuação na sala de aula com o objetivo de fazer a integração das três dimensões curriculares de acordo com os fundamentos e diretrizes do Programa, o que exige considerar o múltiplo e o plural, implicados nas experiências e conhecimentos dos jovens levando em conta todas as suas experiências anteriores escolares e de vida; formar educadores para responder aos desafios que se apresentem durante a execução do ProJovem Urbano, o que lhes demanda a competência para planejar e agir cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do aluno como ser humano.

O tópico seguinte irá apresentar o funcionamento do ProJovem Urbano no Amazonas.

1.3.2. Programa ProJovem Urbano no Amazonas

A Região Norte 2 contempla os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. No Amazonas o ProJovem Urbano tem uma coordenação estadual de responsabilidade da Secretaria Estadual de Juventude Esporte e Lazer (SEJEL), onde fazem parte os municípios de Manacapuru, Autazes, Iranduba, Itacoatiara, Parintins, Tefé , Coari e Maués; outra municipal pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que concentra a capital Manaus. No quadro abaixo se observa que no Amazonas o ProJovem Urbano atende a um total de 11,400 jovens distribuídos nos 8 municípios já citados.

Amazonas = 11.400 Jovens



FONTE: SMA/UFAM, 2010.

O PJU se encontra nos 9 municípios supracitados, atendendo aos critérios do PPI que preconiza a implantação do programa em municípios com mais de 200 mil habitantes, conveniados diretamente com o governo federal e municípios com menos de 200 mil habitantes, conveniados via Estados.

Quadro – 05: O ProJovem Urbano nos Municípios pesquisados

Dados	Iranduba	Manacapuru	Manaus
Meta de Alunos	400	800	4.000
Número de Alunos por Sala	40	40	40
Número de Núcleos	02	04	20
Número de Turmas	10	20	100
Número de Educadores de Ensino Fundamental	10	20	100
Número de Educadores de Participação Cidadã	01	02	10

Número de Educadores de Qualificação Profissional	03	07	25
Arcos Ocupacionais	Turismo Hospitalidade	Metalmecânica Administração	Construções e Reparos Telemática Serviços Pessoais Hospitalidade Turismo

Fonte: SMA/UFAM, 2010.

O quadro acima apresenta de forma detalhada os dados do PJU nos municípios pesquisados, no que se refere à quantidade de núcleos, a meta de alunos, o número de turmas, de núcleos e por fim a quantidade de educadores de Ensino – Aprendizagem, Participação Cidadã e Qualificação Profissional.

Vale ressaltar que desde o seu início até dezembro/2009, o Projovem Urbano teve cinco entradas. Os municípios com 200 mil ou mais habitantes se conveniaram diretamente com a Coordenação Nacional do Programa. Todavia o quadro abaixo se relaciona apenas as entradas da Região Norte 2, tendo em vista que o lócus da nossa pesquisa que encontra na segunda (2ª) entrada estando Manacapuru e Iranduba e na terceira (3ª) entrada onde se encontra a capital Manaus.

Quadro 06: Entradas por Estados e município

2ª ENTRADA (ESTADO)	2ª ENTRADA (MUNICÍPIO)	3ª ENTRADA (MUNICÍPIO)	4ª ENTRADA	6ª ENTRADA
AMAZONAS (08 municípios) Total de Núcleos: 25 5000 alunos	BOA VISTA (RR) Total de Núcleos: 10 1800 alunos	MANAUS (AM) Total de Núcleos: 20 4.000 alunos	RIO BRANCO (AC) UNIDADE PRISIONAL Total de Núcleos: 01	MANAUS (AM) Total de Núcleos: 20 3.872 alunos
ACRE (04 municípios) Total de Núcleos: 04 900 alunos	RIO BRANCO (AC) Total de Núcleos: 05 1000 alunos	PORTO VELHO (RO) Total de Núcleos: 11		ACRE (AC) Total de Núcleos: 11 1101 alunos

Fonte: SMA/UFAM, 2009.

De acordo com o relatório de gestão (2008-2010) o Projovem Urbano teve uma implantação gradual em 6 entradas, as entradas correspondem ao início das aulas estabelecido nacionalmente por um calendário de matrículas pré – estabelecidos pela Coordenação Nacional. Vale ressaltar que os estados e municípios devem cumprir com os pré-requisitos estabelecidos pelo Programa que são: contratação de profissionais e formação de professores, infraestrutura adequada, quantitativo mínimo de alunos matriculados, laboratório de informática, merenda etc.

A 1ª entrada (início da aula) do Projovem Urbano foi em setembro de 2008, com a adesão de 24 municípios e o estado de Goiás. A 2ª entrada aconteceu em Abril de 2009, e registrou o maior numero de participantes, sendo 71 entes federados, dos quais 49 municípios e 15 Estados que iniciaram o programa pela primeira vez. A 3ª foi em julho de 2009, atendeu a complementação da meta de 2008, com pouco significativo. Dos municípios participantes, doze eram novos, assim como quatro Estados dois eram novos. A 4ª entrada, aconteceu em agosto de 2009, refere-se ao início das aulas no Rio grande do Sul e, ainda nas unidades prisionais nos Estados do Acre e Rio de Janeiro. A entrada de Outubro de 2009, 5ª entrada diz respeito à meta de 2008 dos municípios e Estados que não haviam entrado anteriormente. A 6ª entrada do PJU, refere-se a meta de 2010 cuja única entrada ocorreu em maio de 2010. Foi a segunda maior entrada do programa, pois contou com o maior número de adesão, com o total de 67 municípios e 10 Estados, com meta de, aproximadamente com o quantitativo de 150 mil jovens.

Na região norte 2 o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem Urbano – SMA e executado pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, que fica responsável por avaliar o desempenho do programa nos municípios, bem como nas capitais de forma que contribua para que se assegure o caráter público da política pública posta em prática pelo programa, possibilitando ao jovem, o público em questão do Projovem Urbano, o acesso a direitos e oportunidades.

A próxima seção fará uma abordagem sobre a juventude na contemporaneidade, bem como um debate sobre as diversas concepções de juventude.

CAPÍTULO II: JUVENTUDE EM DEBATE

A história não está escrita. Ela está sendo escrita e os jovens não são meros espectadores dessa história. O futuro começa agora e ele se chama juventude.

André Franco Montoro

Este capítulo no primeiro momento apresenta uma abordagem sobre a juventude na contemporaneidade nos últimos anos. Em seguida um debate sobre diferentes concepções de juventude que se têm postulado e defendido do que seja jovem e/ou juventude a luz de autores como: Abramovay (2007), Esteves (2007), Carmo (2001), Cordeiro (2009), Freitas (2006) dentre outros conhecedores do tema em questão.

2.1. A Juventude na contemporaneidade

A problemática juvenil no mundo representa um desafio crescente que reflete as complexidades e os conflitos existentes nas dinâmicas societárias contemporâneas, inclusive no Brasil, atualmente se vive em um momento de mudanças estruturais na distribuição etária da população em todo o mundo, momento este, de crescimento excepcional do grupo jovem enquanto categoria em desenvolvimento.

Segundo dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) citado por Silva (2009) no Brasil, os jovens com idade entre 15 e 29 anos representavam em cerca de 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população total. Tal situação ganha profunda relevância com a constatação de que este país que reúne mais de 190 milhões de habitantes tem a metade da população constituída por crianças e jovens com menos de 25 anos.

O Relatório Mundial de Juventude (World Youth Report) – ONU⁸, citado por Leon (2009), destaca que a juventude da América Latina e do Mundo vivem em condições precárias de acesso aos bens de consumo básicos como, trabalho, saúde, educação, lazer, ferramentas fundamentais para sobrevivência, bem como para pleno desenvolvimento de suas atividades enquanto sujeito de direito.

Segundo Leon (2003) as constantes transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no mundo globalizado acarretaram diversos tipos de desigualdades sociais que

⁸ Este relatório compara a situação e a condição de vida dos jovens na atualidade e aponta para um quadro de profundas desigualdades sociais no que concerne, a juventude da América Latina e do mundo.

atingem parte da população mundial, inseridos nesta estatística se encontram os jovens brasileiros que sofrem com o desemprego, com educação precária, a baixa qualificação profissional, a crise demográfica, situação de miséria, vitimização, vulnerabilidade, violência e marginalidade.

A situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações fomenta o aumento da violência e da criminalidade, todavia embora a violência esteja em alguns casos associadas à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como são conduzidas as distribuições de riqueza que geram desigualdades sociais. Vale ressaltar, que tais circunstâncias tornam-se mais agravantes, juntamente com a exclusão social e pelo não acesso aos bens de consumo básicos como, educação, saúde, esporte, lazer cultura, trabalho que diminuem as chances dos jovens ascenderem socialmente, e principalmente de se perceberem enquanto cidadãos que possuem direitos e deveres no contexto societário. Abramovay (2002).

Os jovens vivem em uma época denominada por Bango (2003) “sociedade da informação”⁹ onde acontecem profundas transformações econômicas e de valores na nossa sociedade, o que afeta a sua transição para a vida de adulta. Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multi-culturais e que de certa forma são globalizados, além da presença que os bens de consumo possuem em suas vidas. Vivemos em uma sociedade de consumo ostentatória que suscita no conjunto das juventudes aspirações e frustrações, no seio de uma sociedade que apresenta fortes disparidades sociais.

Segundo Leon (2009), no Brasil estudos da Fundação Sad – FS indicam que, entre 2000 e 2010, a presença dos jovens na sociedade brasileira atingiria percentuais elevados, fenômenos entendidos na contemporaneidade por “Onda Jovem”, uma vez que a juventude com o passar dos anos tem aumentado consideravelmente. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral – TSE apud Leon (2009) a população jovem constitui cerca de mais de 46% do total de eleitores brasileiros, para se ter um entendimento mais exato e para se compreender este fenômeno que trouxe consigo impactos para a economia e para o funcionamento do Estado a população jovem passou de 8,2 milhões, em 1940 para um contingente de 34 milhões de pessoas hoje na faixa de 15 a 24 anos, e para, além disso, ainda existem 50,5 milhões de

⁹ As informações são passada simultaneamente na contemporaneidade no Brasil e no mundo, pelo acesso as redes de informações e de relacionamentos através da internet.

jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, número que hoje representa quase 40% da População Economicamente Ativa – PEA.

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. No contexto atual, juventude é, idealmente, o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. A pessoa torna-se capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se e prover a outros, participar plenamente da vida social, com todos os direitos e responsabilidades. Portanto, trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social.

A existência de medidas orientadas particular e transversalmente por critérios de geração¹⁰ segundo Abad (2008) foi definida como sendo resultado do processo de adequação do sujeito juventude como ator social emergente, explicado pelas dinâmicas de modernização nas sociedades Latino-Americanas, devido ao crescimento demográfico, bem como as realidades de exclusão e marginalização que sofrem. Vale ressaltar que anteriormente a condição juvenil estava, sobretudo, mediada pela incorporação à vida adulta e à aquisição de experiência, assim sendo, a juventude era caracterizada como a etapa vital entre a infância e a maturidade, determinada pela vinculação com as instituições de transição para o mundo adulto a exemplo a família que participava ativamente do processo de amadurecimento da juventude. Por outro lado, nos dias de hoje, a juventude, no que concerne ao entendimento como transição para a vida adulta e definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias que demandam políticas públicas específicas.

Abad (2008) destaca ainda que o processo de desinstitucionalização dos jovens¹¹ é um fator que vem acontecendo nos últimos anos, engendradas pelas mudanças estruturais na contemporaneidade, e apresenta algumas das causas:

¹⁰ São as formas de subdividir a juventude. Algumas das definições etárias existentes ainda são, em sua maioria, delimitadas por organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos, e afirma que entre 10 a 20 anos incompletos se está no período da adolescência. A Comissão Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQ) divide a juventude sendo de 15 a 19 anos os jovens propriamente ditos, e de 20 a 24 anos como jovens adultos.

¹¹ Anteriormente a condição juvenil estava, sobretudo, pelas relações de incorporação à vida adulta e à aquisição da experiência, caracterizando-se a juventude, em certas camadas sociais, determinadas pela vinculação com as instituições de transição ao mundo adulto, hoje os jovens são definidos por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da ideia de transição e suas instituições responsáveis.

✓ A crise da família tradicional e o surgimento de outros arranjos familiares, que questionam e recolocam os limites entre pais, mães, filhos e filhas. As relações paterno-filiais de hoje estão fundamentadas em negociações, na tolerância, na negociação do que no rígido padrão de controle paternal e de obediência paternal.

✓ A emergência maciça, plural e intensa de novos atores sociais, entre eles os jovens, que não encontrando acomodação nos velhos formatos institucionais e legais das sociedades, tem pressionado políticas sociais, reformas legislativas e novos contratos sociais para que se reconheça a especificidade e a dimensão da nova condição juvenil.

✓ A dissolução das identidades ligadas à ideia de Nação ou Território com os desajustes das crenças e valores tradicionais, numa nova realidade que pôs em marcha a globalização e impossibilitou o projeto popular de uma reprodução estável e ordenada de uma cultura “nacional” para as novas gerações.

Consoante o autor, que para esta listas de causas ficar completa teriam que ser acrescentados mais 3 fatores que mesmo não façam parte da categoria anterior são fatores que também contribuem para o conhecimento e validação desta nova condição juvenil que são elas:

✓ O desaparecimento da infância em detrimento de uma adolescência que começa muito cedo. E a juventude prolongada até depois de 30 anos, o que pressupõe quase um terço da vida, ou seja, quase um terço da população está nesta média, embora que seja impreciso e convencional, mas, simbolicamente muito poderoso.

✓ A ideia da cultura do emprego e do salário, frente às dificuldades impostas pelas sociedades atuais para facilitar um trânsito linear, simétrico e ordenado pelo qual tem que passar a juventude que é o circuito da família – escola – emprego no mundo adulto, o que demanda do jovem uma trajetória prolongada e descontínua entre jovens e adultos.

✓ A emergência da globalização, com a forte influência dos meios de comunicação, prega a ideia de um acultura juvenil com traços e características quase universais, heterogêneas e inconstantes que se contrapõem com a transmissão cultural proporcionada pelas instituições como família, escola dentre outras.

Isto posto, segundo Freitas (2008) é por meio desta desinstitucionalização da condição juvenil que tem surgido as possibilidades de formas distintas de experimentações pela juventude nesta etapa da vida, de maneira diferente da vivenciada pelas gerações anteriores,

que está caracterizada principalmente por uma forte autonomia individual, especialmente em se tratando do uso do tempo livre e do ócio, consequência esta que está diretamente relacionada com a ausência de grandes responsabilidades por terceiros, a exemplo os pais que por necessidade de trabalhar passam menos tempo educando seus filhos, por uma rápida maturidade mental e físico, e por um amadurecimento precoce nos aspectos emocionais e afetivos, embora que o econômico não acompanhe e com o exercício mais precoce da sexualidade.

O difícil caminho que a juventude tem de percorrer para construir sua personalidade e serem sujeitos autônomos e críticos, segundo Brenner (2005), está principalmente no combate às formas consumistas e descartáveis que esta sociedade lhes impõe. É época em que a sociedade é fortemente marcada por mediações que afetam diretamente a experiência de viver a juventude e que se evidenciam na mundialização do capital, na disseminação da cultura pela via das indústrias culturais, na influência dos meios de comunicação de massa, no poder autoritário da tecnologia, no tom profético neoliberal que dar ênfase ao Estado eficiente e produtivo, na supremacia do individualismo, no empobrecimento das populações periféricas e na despolitização das instâncias de participação e representação social. Percebe-se que as duas últimas décadas foram marcadas por uma imagem que tomou como definição a crise das sociedades contemporâneas e pela profunda multiplicação das desigualdades sociais.

De acordo com Corbucci (2010) a experiência da situação juvenil para a maioria da população também está na vivência de uma complexa e preocupante situação de instabilidade no presente de incerteza frente ao futuro. No Brasil, a experiência do ser jovem, especialmente para os pobres é dificultada pelas desigualdades de acesso a educação escolar de qualidade, pelas barreiras de se conquistar o primeiro emprego pela falta de experiência profissional exigida pelos empregadores, pelo desemprego prolongado entre as faixas de 19 a 24 anos e pela injusta distribuição salarial, bem como é submetido ao subemprego onde se torna mão de obra barata, em consequência da falta de qualificação para o mercado de trabalho.

No tópico seguinte, apresentam-se alguns discursos relacionados às definições e conceitos do que é juventude e seus significados.

2.2. Juventudes, juventude? Definições e conceitos

O principal desafio para construção de uma política pública de juventude na contemporaneidade está relacionado à forma de conceber o jovem, a começar pelo fato de não existir um único conceito sobre jovem ou juventude. Diversos autores nos dias atuais alertam a existência de diferentes juventudes, a depender da condição econômica, política, social, raça, etnia, religião, grupo, local de moradia dentre outras, ou seja, o conceito de juventude foi e continua sendo construído histórica e socialmente, considerando as relações sociais estabelecidas neste processo societário a exemplo, a família, a escola, as instituições, o Estado e a sociedade civil.

Mas o que é ser jovem? Para Dayrell (2009) apud Projeto Juventude a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas há esse tempo/ciclo da vida. De maneira geral, podendo-se dizer que a entrada da juventude se faz pela fase que chamamos de adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. É nesta fase que fisicamente se adquire o poder de procriar, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de auto-suficiência, dentre outros sinais corporais e psicológicos. Mas, ao mesmo tempo a construção social da juventude pode ocorrer de forma muito variada nas diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos. Assim, podemos dizer que cada sociedade e cada grupo social lida e representa de maneira diversa esse momento. Essa diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero, nas regiões geográficas, dentre outros. É muito diferente, por exemplo, a noção do que é o jovem, de como vivencia esta fase e de como é tratado em famílias de classe média ou de camadas populares, em um grande centro urbano ou no meio rural.

Para Felizardo (2006) o conceito de juventude sofre variações de acordo com a ciência que o utiliza e a corrente de pensamento em pauta, para, além disso, devem ser consideradas também, as condições históricas que influenciam direta ou diretamente na construção do conceito e na concepção de juventude. O autor destaca a seguir algumas

concepções geralmente identificadas nas abordagens de juventude, tal procedimento se faz necessário, uma vez que estas concepções tendem a orientar a formulação de políticas públicas específicas para este segmento.

1. Juventude como período preparatório - esta abordagem visualiza a juventude como um período de transição entre a infância e a vida adulta, gerando nos jovens ações centradas na preparação para o mundo adulto, tal concepção consiste no argumento de que os jovens são o futuro e que precisam ser preparados para acompanhar a dinâmica societária do amanhã, todavia, esta abordagem é considerada conservadora, pois na prática, censura o direito de vivencia do presente aos jovens.

2. A juventude como etapa problemática - o jovem nesta perspectiva aparece predominantemente por via dos problemas que ameaçam a ordem social, que emergem das questões relacionadas a comportamentos desviantes e de risco social. Apoia-se na ideia de juventude vista apenas pelos indicadores econômicos e sociais que mostram os índices de violência entre as juventudes e a precária situação estrutural em que crescem e amadurecem as novas gerações no Brasil. Todavia, este tipo de abordagem gera ações focalizadas, compensatórias e direcionadas somente aos setores mais vulneráveis da sociedade.

3. O jovem como sujeito de direito - Esta concepção surgiu a partir dos anos 80 e 90, após o reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direito, esta nova visão, deu início a uma mudança de paradigma é relevante uma vez que tem permitido as posturas paternalistas e clientelistas que fundamentam as concepções anteriores, em que os jovens não são vistos como sujeitos ou atores participantes na dinâmica social. Tal percepção, embora tenha sido um marco, pois abriu um canal direto de dialogo entre o Estado e a juventude na criação de políticas publicas, tem o agravante de mesmo reconhecendo o jovem como sujeito de direito restringe o jovem aos modelos e estruturas preexistentes do mundo adulto.

De acordo com Bango (2003) é imprescindível avançar na compreensão do mundo juvenil e enxergar os (as) jovens como sujeitos de direitos que precisam ter voz e vez nos debates que acontecem nas cenas políticas no seio da sociedade, sobretudo, como protagonista de seus anseios e inquietações da vida cotidiana, contrapondo-se a percepção carregada de estigmas das décadas anteriores a pensar a de 60 a 80, uma vez que os jovens eram vistos como juventude problema, transviada, revolucionária, rebelde sem causa, conceitos estes que perpassam gerações e pode ser percebido até nos dias atuais.

Tal percepção exposta acima precisa ser desconstruída, para que seja possível perceber o jovem como sujeito com direitos e garantir-lhe o direito de “ser”, ou seja, protagonista de mudanças do presente, e percebê-lo além do “vir a ser”, isto é, investir no seu potencial de forma que o mesmo se sinta valorizado independente de sua condição social. Significa, que enxergar o jovem como sujeito de pleno direito é saber que a juventude, ou melhor, as juventudes não são só coadjuvantes neste processo de criação de políticas públicas, para ser vista somente como público alvo, mas sim como protagonistas das mudanças que anseiam, e, sobretudo, para que isto se torne possível, necessitam de marcos legais, de instrumentos jurídicos e políticos que garantam o fomento e o respeito aos seus direitos tais como: Política Nacional de Juventude – (PNJ), Conselho Nacional de Juventude – (CNJ), Secretaria Nacional de Juventude – SNJ).

Para Leon (2009) existe uma grande dificuldade em definir jovem, juventude, e juventudes, as concepções são diferenciadas, e dependem, sobretudo, do ponto de referência do interlocutor que está produzindo conhecimento sobre este tema. Na realidade conceituar o ser jovem é um grande desafio recorrente para todas as sociedades, tendo em vista que assim como existem diversas definições sobre juventude, também se deve considerar o ser jovem por meio de vários aspectos do desenvolvimento psicológico e biológico da pessoa.

Dessa forma para o autor, a juventude vem sendo definida a partir de alguns conceitos descritos abaixo:

1. Conceitos biológicos e psicológicos - enquanto abordagem biológica baseia seu entendimento pelo desenvolvimento físico, a abordagem psicológica considera os efeitos da maturidade efetiva e cognitiva dos jovens. Tais abordagens, embora não reconheçam diferenças individuais entre pessoas da mesma idade, reconhecem que nem sempre as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período da mesma forma.

2. Conceito demográfico - este conceito concebe os jovens como um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que vem variando entre 12 e 14, 15 e 24, 15 e 29 podendo chegar ao limite de 35 anos em alguns países da Europa e América Latina.

3. Conceito antropológico/sociológico - o conceito antropológico fundamenta-se na premissa de que cada pessoa vivencia a sua juventude a partir das condições sociais e

culturais próprias, que possibilita as suas escolhas. Sendo que cada jovem atinge sua etapa de desenvolvimento de acordo com as experiências pessoais vivenciadas dia-a-dia, de acordo com as oportunidades a que tem acesso e as condições de sobrevivência ao seu redor. Assim, o conceito sociológico considera todas as dimensões da condição juvenil (de ser jovem agora) e ao mesmo tempo as condições na qual o jovem se desenvolve até a sua vida adulta (transição da vida adulta do futuro).

As definições feitas sejam elas cronológicas ou etárias concebidas pela maioria das instituições, organismos ou governos do que significa juventude, servem para promover direitos específicos ou para definir públicos alvos para que sejam direcionados as ações e os programas que serão implementados com vistas a atender demandas de públicos específicos.

Para Abramovay (2007) não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade; cada época e cada setor postulam diferentes maneiras de ser jovem, dentro de situações sociais e culturais específicas. É uma produção de uma determinada sociedade, relacionada diretamente com as formas de ver os jovens.

Algumas das definições etárias existentes ainda são, em sua maioria, delimitadas por organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos, e afirma que entre 10 a 20 anos incompletos se está no período da adolescência. A Comissão Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQ) divide a juventude sendo de 15 a 19 anos os jovens propriamente ditos, e de 20 a 24 anos como jovens adultos. (Brenner, 2005) .

Segundo Carmo (2001), definir o que é jovem é difícil. Falar da juventude brasileira no singular é muito vago; por outro lado, se subdividir a juventude em diversos segmentos, corre-se o risco de cair numa pulverização infinita de grupos.

Para a Organização Mundial da Saúde – OMS citado por Ribeiro (2006), a Juventude é definida como segmento populacional metodologicamente identificado pelo processo de transição para assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar, quanto no plano familiar, cronologicamente compreendida entre 15 e 24 anos de idade. Todavia, a luz de diversos autores na contemporaneidade é possível afirmar que não existe juventude, mas sim diversas juventudes, pois os jovens possuem características singulares que os tornam participantes de diversificados grupos juvenis. Assim sendo, torna-se necessário ao falar deste

segmento social considerar a sua pluralidade, principalmente, no momento da criação de políticas públicas de Juventude.

A discussão sobre juventude de acordo com Dayrell (2009) é um processo influenciado pelas relações sociais que se estabelecem no mundo concreto vivido pelo jovem, que ganham contornos próprios em contextos sociais, e culturais distintos, marcado pela diversidade nas condições sociais a exemplo a origem de classes culturais a pensar religião, etnias, valores, de gênero e, até mesmo geográficos, dentre outros aspectos que precisam ser avaliados para a criação de uma política pública de juventude.

Os jovens, assim como toda a sociedade, estão marcados por diferenças de classes. Em outras palavras, não existe uma juventude, mas sim várias juventudes – o jovem operário, o jovem bóia- fria, o jovem da periferia como afirma Carmo apud Madeira (1999).

Segundo Magnus e Urresti (1996) apud Esteves & Abramovay (2007, p. 24) o conceito juventude, do mesmo modo, que toda categoria socialmente construída acerca de fenômenos existentes possui uma dimensão simbólica. Entretanto, reduzi-lo a essa dimensão empobrece o seu significado, desmaterializando-o, ou seja, não se pode deixar de atentar para o contexto histórico, sua importância e contribuição na qual foi construída tal concepção. Mostram-nos as diferenças do termo juventude e as multiplicidades de significados que lhe são atribuídas e como à mesma é vista pelos outros. Partem da definição de que ser jovem é uma fase da vida atrelada à idade e que a mesma seria por definição uma construção social, que depende de como a sociedade vê os jovens, depende entre outras atribuições ao tempo histórico, estereótipos, diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupos. Esses fatores é o que determina a especificidade de cada um no convívio em sociedade.

No Brasil quando se discute juventude, a mídia faz questão de direcionar as reportagens principalmente para os jovens das periferias das grandes cidades, onde exploram principalmente o quantitativo da violência gerada pela condição social e pela falta de oportunidades, ou seja, é atribuída ao jovem uma culpabilidade por situações das quais é vítima, resultado de uma divisão desigual de renda que concebe diversas disparidades sociais. (Carmo, 2001).

Duarte (2009) afirma que a juventude é analisada pela sociedade com olhar carregado de preconceitos e estigmas do passado, incorporada ao senso comum. Assim sendo, a sociedade caracteriza os jovens por tempo histórico e sua maneira de participação e inserção na sociedade, a exemplo, a juventude rebelde e revolucionária que participava de movimentos políticos conhecida como “anos rebeldes” na década de 60, os hippies da

geração paz e amor eram reconhecidos segundo estereótipo da recusa do trabalho nos anos 70, se contrapondo aos jovens dos anos anteriores os da década de 80 são definidos pelo seu individualismo e conformismo, engolidos pela era globalizada da informatização e do consumismo que os deixa aquém dos acontecimentos ao seu redor.

Diante do exposto, e do reconhecimento da importância da juventude no cenário nacional, ressalta Novaes (2003) a importância de conhecer as especificidades de cada juventude em seu lugar de origem a pensar, Estado, região, cultura, etnia, bem como entender o que une e o que separa os jovens na contemporaneidade. Todos esses fatores devem ser considerados e mais ainda, não se pode deixar de lado, as transformações ocorridas no contexto histórico em que tais mudanças acontecem, uma vez que tais fatos interferem diretamente e indiretamente na forma em que serão concebidas e efetivadas as políticas públicas voltadas para este segmento.

As diferenças entre juventudes podem ser percebidas, segundo Esteves (2007), não somente como estado de espírito, são sim uma realidade visível e palpável, a exemplo, as condições econômicas, sociais e culturais. Todavia, vale ressaltar que embora essas diferenças sejam marcantes existem algumas características que parecem comuns a todos os grupos juvenis independente de suas condições objetivas e existentes. Dentre elas destaca-se: a procura pelo novo, a busca por resposta a novas situações que lhe são expostas, o jogo com o sonho e a esperança, a incerteza diante dos desafios que lhe são colocados ou inspirados pelo mundo adulto e o desejo de construir um mundo melhor.

Segundo Carmo (2001) é inegável a existência de vários tipos de jovens, bastante diferentes entre si. Todavia, é difícil descartar como já foi explicitado, a ideia de que há elementos comuns entre eles, por mais diferentes que sejam. Além da “cultura jovem”, ou melhor, dos traços comuns às várias “culturas jovens”, sempre há pelo menos características comuns a todos, a exemplo, o gosto musical, as gírias, as baladas, a forma de se vestir dentre outras. Assim sendo, quando se pensa em juventude e jovens, não se pode renunciar nem ao plural, nem ao singular. Os jovens são diferentes, mas tem em comum o fato de serem considerados jovens e terem que lidar com os adultos. Essa relação entre gerações é fundamental para entender como são os jovens e o que é juventude em um determinado lugar e momento da história, fatos esses que devem ser relevantes no momento de criação de uma política de juventude. Para, além disso, Duarte (2009) aponta a importância da elaboração de perfis da juventude brasileira que visa diagnosticar pontos de possíveis intervenções do poder público.

Em meio aos debates surgidos em torno do assunto juventude, pode-se dizer que os jovens vivem na contemporaneidade, segundo Abramovay (2007), em uma época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico, político e social que afetam sua transição para vida adulta. Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória, que suscita no conjunto das juventudes aspirações e frustrações desejos quase sempre irrealizáveis para a grande maioria, que vive na linha da pobreza nos bairros periféricos pelo custo exorbitante, ocasionando, ao mesmo, desesperanças no seio de uma sociedade que apresenta fortes desigualdades sociais.

Se há um componente geracional que permite definir a juventude pelo que há de específico à sua condição, é importante considerar que esta é vivida de forma diversificada e desigual entre os jovens de acordo com suas situações socioeconômicas específicas e com os padrões de discriminação e preconceito vigentes, que repercutem sobre as oportunidades efetivamente disponíveis a cada um. Em outras palavras, a duração e a qualidade desta etapa do ciclo da vida são mais ou menos favorecidas pelas características socioeconômicas dos jovens a depender da origem social, da renda familiar e do nível de desenvolvimento da região onde vivem e pelas diferentes exigências relacionadas aos papéis assumidos e lugares que homens e mulheres ou indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos tradicionalmente ocuparam na sociedade. Por isso, tornou-se usual empregar a expressão “juventudes” para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens.

Diante dessa diversidade de situações, muitas das quais evidências de profundas desigualdades entre os jovens brasileiros, está claro que são diferentes as demandas e necessidades de cada grupo desse segmento. Estas diferenças devem ser consideradas na formatação das políticas públicas por parte do Estado, de modo que os objetivos de promover e garantir o bem-estar e a integração social dos jovens sejam alcançados.

Indubitavelmente, o reconhecimento de que existem vários tipos de juventude, possibilita uma discussão sobre o papel do jovem no processo histórico de construção de políticas públicas voltadas para juventude brasileira na contemporaneidade, bem como, a importância de se criar mecanismos para que o jovem seja protagonista na criação das referidas políticas. Uma vez que existem diferentes formas de considerar os jovens, como também há diferentes maneiras destes se afirmarem como sujeitos, levando assim em conta, as relações sociais das quais os mesmos fazem parte.

Portanto, a juventude demanda melhores condições de trabalho, educação e direito de exercer sua cidadania de forma plena, e o que será abordado a seguir.

2.3. Juventude – trabalho, escolarização e cidadania.

A situação da juventude brasileira em geral apresenta grandes desafios, mas se agrava muito mais quando se trata de jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista que dada as condições em que se encontram as dificuldades de acesso à educação de qualidade e desemprego são alarmantes. O relatório de desenvolvimento Juvenil (2007) citado por Moraes (2009) aponta que de 2001 a 2006 o número de jovens que não estudam passou de 51,4% para 53, 1%. Em se tratando da taxa de desemprego consta que ela cresceu cerca 100% nos últimos anos, passando de 21 milhões, em 1995, para 4,2 milhões em 2005. Tais dados sinalizam a importante relação entre a educação de qualidade e a perspectiva de entrada no mercado de trabalho, ou seja, o jovem que não possui condições de permanecer na escola por diversos fatores sociais em que vive, conseqüentemente estará impossibilitado de adentrar no mercado de trabalho por não possuir o certificado de conclusão do ensino médio exigido pelo empregador.

Cattani (2004, p.61) afirma que “a falta de trabalho afeta os jovens mais do que qualquer outra faixa da população. No início do século XXI, nas áreas urbanas, de 20 a 25% dos jovens entre 18 e 25 anos, estavam desempregados, índice que era praticamente o mesmo tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos do mundo ocidental”. Entretanto, é importante ressaltar que o alto índice de desemprego atinge jovens com curso técnico completo e também com nível superior, como ratifica o autor supracitado. Corbucci (2006) ressalta que a taxa de desemprego entre jovens de 15 a 17 anos é de 22,6%; de 18 a 24 anos, de 16,7%; e de 25 a 29 anos é de 9,5%, segundo o último levantamento, de 2006, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008).

Em relação ao *mundo do trabalho*, o desafio se configura na dificuldade de permanência na escola, devido à necessidade de contribuir com a renda familiar leva o jovem a se submeter a subempregos com baixa remuneração e em situações precárias, e ao precisar trabalhar a primeira atitude que toma e deixar de estudar, o que diminui consideravelmente suas chances de conseguir um emprego melhor e principalmente de usufruir seus direitos como indivíduos que vivem dignamente a sua cidadania. Tal situação é confirmada pela UNESCO:

Nos tempos atuais os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violência, desemprego, gravidez não desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer, e esporte. Este quadro desperta preocupações, na medida em que os jovens além de uma promessa de futuro para o país constituem uma geração com necessidades no presente. (UNESCO, 2004:15).

De acordo com Duarte (2009) apud Gomes (2006) o desemprego juvenil é uma praga globalizada que afeta grande parte da população juvenil de todo o mundo, e principalmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Contudo, Sposito (2003) considera outro aspecto que surge em meio a este debate, aferindo as diferentes manifestações do problema e seu agravamento na nova dinâmica globalizada que imprime uma nova ordem social, pontua que a partir da década de 90, as políticas voltadas à juventude tem procurado atender a demandas específicas relacionadas aos jovens, situando-os como risco social que merece ser contido, normalmente em pauta destas políticas está às ações e programas que priorizam trabalho, emprego, educação, saúde e segurança pública.

Em se tratando da *educação* de acordo com Bandeira (2006), no Brasil em geral, tem se tornado uma grave problemática que apresenta uma característica de precariedade de todos os níveis de ensino/aprendizagem. Apesar de o país investir cerca de 5, 29% do PIB em educação, no entanto, este investimento torna-se pouco frente às demandas sociais que urgem por respostas há séculos, sobretudo no que se refere à qualidade social de uma rede de educacional, onde todos tenham acesso e permaneçam na escola regular.

Segundo o Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios (PNAD) citado por Brenner (2005), entre os jovens de 15 a 24 anos no Brasil a situação da *educação* se apresenta caótica, 1,2 milhões de jovens, correspondente a 3,8% do total eram analfabetos, outros 12,9 milhões, equivalente a 39% não tinham o ensino médio, 4,5 milhões, ou 13,7 concluíram o ensino fundamental, 5,7 milhões, ou 17,4% começaram a cursar o ensino médio onde apenas 19,8 do total, correspondente a 6,6 milhões tinham concluído e por fim 2,1 milhões ou 6,2% cursaram pelo menos 1 ano de faculdade.

Isso evidencia a necessidade do contínuo exame das relações entre *escola* e *trabalho* sob o ponto de vista dos jovens, pois mesmo afetados pelo *desemprego*, não entram todos em atitude de abandono de suas pretensões de escolaridade. Os dados da pesquisa¹² confirmam

¹² Pesquisa Juventude e democracia no Brasil – esferas públicas e políticas Sociais e Econômicas – IBASE, Instituto de Estudos Formação e Assessorias em Políticas Sociais – PÓLIS apoiado pelo IDRC – Canadá e desenvolvida em parceria com a rede de instituições sociais e em articulação com a Secretaria Geral da Presidência da República.

um significativo crescimento do acesso à escola por parte da população juvenil, principalmente na década de 1990, mas desprovido de qualidade e de condições materiais e humanas de funcionamento adequado das unidades escolares. Em 2003, 63% dos jovens estavam estudando, sendo que os garotos estudam mais: 91% dos homens, entre 15 e 17 anos freqüentam a escola, e 88% das mulheres; na faixa etária dos 18 a 20 anos, 64% dos homens e 61% das mulheres. Isso vai diminuindo conforme o aumento da idade. Segundo Sposito (2007) mesmo que mais da metade dos jovens já consiga atingir o último degrau da educação básica, cerca de 30% sofrem um atraso escolar significativo, pois não terminam com a faixa etária ideal como deveria.

Dayrell (2007) considera que a escola não contribui, bem como não proporciona aos jovens acesso as condições materiais para vivenciarem sua condição juvenil, pontua ele ainda que este papel tinha que ser cumprido pela escola, e não é, pelo contrário tem se percebido que a instituição escolar tem sido um grande instrumento de exclusão, que atualmente só se preocupa em alcançar dados quantitativos e deixa de lado o principal que é a qualidade, o que tem gerado grande frustração e fracasso pessoal e escolar nos jovens que não recebem motivação para continuar seus estudos até o final.

A herança cultural exerce importante papel na geração das desigualdades sociais também no campo educacional de acordo com Carmo (2001), tendo em vista que normalmente as escolas a que os jovens das periferias têm acesso são de péssima qualidade e não oferecem o mínimo de estrutura física e educacional. Para, além disto, como se não bastasse às diferenças econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelo jovem de baixo poder aquisitivo, o mesmo ainda encontra um grande obstáculo ao adentrar no universo educacional, ocasionado pela existência de dois tipos de cultura, uma feita para os ricos, tida como cultura de elite e outra feita para os pobres, chamada cultura popular e que somente a primeira garante bons empregos, bons salários, ascensão social e um futuro promissor.

Interessante notar que os piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, e oportunidade de social e cultural, atingem justamente a esse segmento populacional. Com isso a juventude brasileira torna-se objeto de grande interesse social, servindo como baliza operacional para a atuação do governo e propondo a identificação das principais questões que afetam os jovens brasileiros na atualidade. Temos então investimentos massivos na área de educação (mesmo que em prol do acúmulo de capital humano), saúde, qualificação profissional, incentivo à participação política juvenil. O positivo é entender que a condição juvenil demanda a articulação de políticas gerais com políticas

específicas, além da integração de políticas coordenadas por diversas instituições, de distintos setores do Estado brasileiro. (Brenner, 2005).

Aliás, um indicador da importância de se promover a articulação de políticas para a juventude pode ser medida pela atual multiplicidade de conceitos sobre "juventude" presentes nos programas estatais. A operacionalização de cada um desses programas conta com diferentes faixas etárias, cada qual focado em uma parcela da população juvenil e direcionado a atender demandas específicas.

O Programa Projovem Urbano – PJU objeto a que se volta nossa análise, surge nessa perspectiva, ou seja, como ação governamental que objetiva incluir socialmente jovens de específica faixa etária promovendo a Educação, a qualificação profissional e a ação comunitária. O desenvolvimento do programa está voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes, sendo direcionado a jovens de 18 a 29 anos, que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não possuem vínculos formais de trabalho.

Sposito (2003) relata que atualmente as políticas de juventude não são de caráter universais, o que deixa de assegurar os direitos básicos trazidos pela modernidade, são voltadas para necessidade imediata de combate a pobreza e ainda funcionam de forma seletiva, focalizada e excludente. Mediante a isso se pode perceber que no Brasil ainda não foi garantido ao jovem um patamar satisfatório de acesso ao sistema educativo, bem como sua permanência na rede educacional, tendo em vista o alto índice de adolescentes pobres, analfabetos e com atraso escolar, o que deixa o Brasil em desvantagem a outros países da América – latina que não só universalizaram o acesso ao ensino básico como ampliaram o número de matrículas no ensino superior.

A *situação educacional* dos jovens brasileiros Segundo Corbucci (2009), ainda é bastante precária. Alta incidência de repetência e de evasão e a grande defasagem entre a situação escolar nas áreas urbanas e rurais mostram que, no Brasil, a possibilidade de que a educação seja um instrumento para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e bem-estar social, está seriamente comprometida. A escola não está garantindo a todos um mínimo de instrumentação que torne as chances sociais menos desiguais. O índice de analfabetismo, entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, é de 28,6 %, quase 10% somente de adolescentes. Neste sentido, para garantir a continuação do ensino de qualidade é necessário que jovem seja participativo nos debates sobre seu cotidiano escolar e estimule a participação de outros jovens para que assim, conjuntamente possam buscar soluções através

de políticas públicas para a melhoria do ensino e qualidade da educação no país principalmente na escola pública.

Quanto à *cidadania* Duarte (2009) concebe este termo como a capacidade do ser humano individual ou coletiva do jovem de definir novos caminhos em busca de aparatos legais para si e para a comunidade em que vive, por meio de movimentações, mobilizações com vistas a superar limitações impostas e desenvolver capacidade de reivindicar novos direitos, transpondo limites daqueles reconhecidos por eles.

Segundo Brenner (2005) no que se refere à participação da juventude em debates que envolvem assuntos de seu interesse, se observa ainda uma baixa participação dos jovens em entidades estudantis e em atividades de organizações políticas. Por outro lado, têm-se também dados que apontam que os jovens participam da vida social pública por meio de distintas formas associativas especialmente aquelas que se relacionam com a cultura, a diversão e a religiosidade, bem como tem crescido o interesse deste segmento com relação a estar participando dos conselhos e fóruns de juventude que acontecem em todo Brasil e no mundo que deis. Vale ressaltar que os baixos índices de associação dos jovens às instituições sociais, notadamente políticas, acompanham tendência do conjunto da população, que pouco se interessa em se filiar a partidos políticos.

Todavia, se contrapondo a esta ideia exposta acima, Abramovay (2007) afirma que está acontecendo algo novo Brasil nos últimos anos, pois nunca os jovens participaram tanto, seja por meio de partidos políticos, do movimento estudantil, de movimentos sociais, ou de organizações não governamentais. Os jovens têm participado de conferências por todo país, tem mostrado possibilidade de mobilização, de falar, de reivindicar, de questionar e contribuir com participação nas políticas voltadas para seu segmento. A juventude neste contexto questiona, reivindica e por outro lado, podem, por meio dessa mobilização, conquistar um capital cultural e um capital social, além do mais importante, que é a oportunidade de conhecer e ser parte dos debates que giram em torno da criação, construção e implementação de programas de governo que existem pela sua causa.

De acordo com Leon (2009), é importante destacar que as novas formas de participação juvenil podem estar sinalizando um possível processo de reconfiguração do tecido associativo no país, já apontado em alguns estudos neste século, além de formas de associação em torno das questões culturais estarem cada vez mais presentes, a associação a entidades religiosas aparece com força quando analisamos dados sobre o associativismo no Brasil. Aponta também a densa e diversificada rede de Ongs no país também deve ser

destacada, ainda que essas organizações não tenham sido abordadas por censos oficiais, pois elas têm gerado uma série de ações em que os jovens são os principais atores.

Novaes (2003) pontua ser de grande importância à propagação veloz de símbolos e valores advindos da era da informação digital, pois, que permite aos jovens de diferentes condições sociais e de locais distantes compartilhar um mesmo universo de referência, a exemplo os movimentos artísticos reivindicatórios que aconteceram no início deste século o chamado boom de sites sobre hip hop pelo mundo. Além de divulgar trabalhos artísticos, este expediente fez escoar e circular a cultura hip hop, com suas convicções e crenças, suas manifestações de rap, break e grafitti, sua origem urbana e periférica e seu poder de transformação social. Existem sites voltados para grupos específicos que destacam suas ideias ‘combativas’ e com ‘atitude’, em geral, críticas à sociedade excludente, e há outros de projetos sociais que utilizam o hip hop como metodologia de trabalho para intervir na sociedade.

Para ambos os casos, segundo a autora, o meio digital é fundamental para a relação entre a experiência local e a construção da identidade juvenil de cada localidade. Ao mesmo tempo em que passam por vivências próprias da idade, os jovens, independentemente do lugar em que vivam e do grupo social a que pertençam, estão por toda parte, participando, inventando, discutindo, criando, divulgando. E é assim que se dá o processo de disseminação de informações que envolvem este segmento, são muitas as experiências em curso no Brasil em que a atuação dos jovens vai de pequenas iniciativas de bairro ou escola às redes internacionais o exemplo disso é a discussão em torno do desenvolvimento sustentável, que perpassou fronteiras e alcançou outros países por meio de trocas de experiências em nível global, na cultura não é diferente, os jovens também querem ter acesso aos bens culturais, querem cultura no espaço escolar e garantia de acesso a manifestações culturais. Mas, a produção cultural no Brasil ainda é privilégio de poucos e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social também para este segmento.

Segundo do IPEA (2008) citado Corbucci (2009) o consumo de bens culturais entre os jovens brasileiros está relacionado à escolaridade e ao emprego, ainda que se constitua de forma bem diversificada. Enquanto 28% dos jovens universitários gastam parte do seu dinheiro com periódicos, apenas 7,1% de todos os jovens gastam com esses produtos, descreve ser um fato grave o jovem tentar o ingresso no mercado de trabalho e não conseguir por falta de experiência profissional. Contesta o argumento de que o desemprego é consequência de alta rotatividade, e que esta seria uma característica do jovem que está tendo

sua primeira experiência no mundo do trabalho, como forma de acumular conhecimento e experiência, tendo em vista que para a grande maioria dos jovens brasileiros, essa busca incansável tão cedo por trabalho, não é simplesmente uma questão de autonomia pessoal, mas de sobrevivência pessoal e familiar. Muitos jovens vindos de famílias pobres deixam a escola e ficam circulando entre ocupações de curta duração e baixos salários, e muitas vezes no mercado de trabalho informal, isso quando não ficam desempregados por um longo tempo. Cabe aqui pontuar que, quanto maiores os níveis de instrução do jovem e acesso aos bens culturais, maiores os níveis de filiação ou associação a organizações associativas, bem como de participação político social. Também se observa relação entre o nível de escolaridade e a utilização de jornais e revistas como fonte de informação política.

Segundo Novaes (2003) o quadro demográfico e os indicadores sociais que acompanham a situação da juventude no Brasil neste início de século XXI são bastante complexos e preocupantes, ou de certa forma pode-se dizer dramáticos, mas permitem entender a dinâmica política e social em que esse segmento populacional transita a neoliberal que é escassa para políticas e programas universais efetivos, e não apenas compensatórios e focalizados como os que ai estão. Para melhorar as condições de incorporação dos jovens na vida social e política do país torna-se essencial criar e consolidar redes de proteção social, ao mesmo tempo em que se avança na criação de condições sociais e políticas de fortalecimento da organização juvenil em bases democráticas, potencializando todos os instrumentos e ações que possam contribuir na perspectiva de participação desses jovens como protagonistas das suas necessidades.

CAPÍTULO III: A VISÃO DOS ALUNOS DO PROJÓVEM URBANO – AMAZONAS

Eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível.

Carlos Drummond de Andrade

Compreender e refletir a visão dos alunos do PJU é um desafio que pode contribuir com a construção de novos conhecimentos. Serão apresentados os resultados obtidos por meio das falas dos alunos.

O objetivo primordial desta pesquisa é conhecer a visão do Jovem inscrito no Programa Projovem Urbano no Amazonas a partir de sua inserção e de suas experiências vivenciadas nas atividades de ensino e aprendizagem; qualificação profissional e participação cidadã para saber os efeitos do Programa em sua vida. Para tanto, a priori abordará o perfil dos alunos do PJU nos municípios pesquisados, e por fim apresentará o olhar do próprio jovem.

3.1. Perfil dos alunos do Projovem Urbano nos municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba.

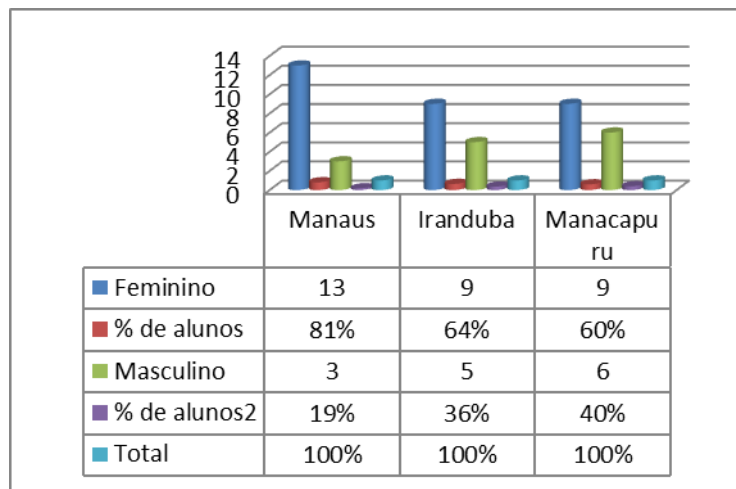
Conceituar juventude é um desafio recorrente para todas as sociedades, tendo em vista que não existe somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um grupo com semelhanças, singularidades, particularidades e uma diversidade de perfis, caracterizadas principalmente pela realidade vivenciada pelos jovens e, sobretudo, influenciadas diretamente pela condição social e pelo contexto societário em que se encontram.

Sposito (2003) alerta para o cuidado com óticas viciadas sobre a juventude, com os paradigmas que naturalizam, com enunciados que se tornam pressupostos não contextualizados, podendo distorcer a complexidade e a singularidade que constituem a realidade dos jovens brasileiros. Destaca ainda a necessidade de se ter o cuidado nas definições muito generalizantes, com a necessidade de abordar a multiplicidade do perfil da juventude brasileira, considerando as diferenças e desigualdades de condições, assim como as variedades de práticas e opiniões, por isso fala-se de juventudes na pluralidade.

Partindo desse pressuposto, este trabalho buscou conhecer o público alvo do PJU. Isto posto, os gráficos que se seguem possibilitarão apresentar suas características e sua visão acerca de sua vivencia no programa PJU no Amazonas.

Um aspecto importante observado junto aos pesquisados se refere ao quantitativo de alunos do sexo feminino e masculino, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 01. Sexo



Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 a janeiro 2011.

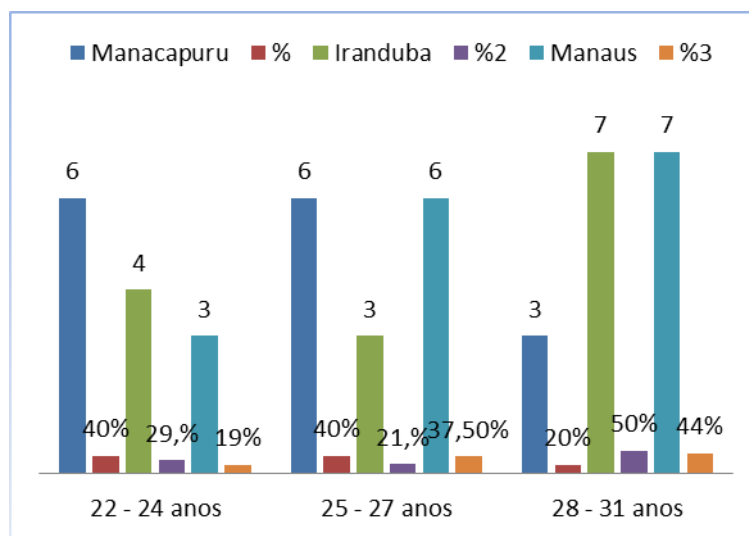
De acordo como os dados no gráfico 01, majoritariamente os participantes do programa Projovem Urbano nos municípios pesquisados é formado pelo sexo feminino, sendo em Iranduba 64,28%, em Manacapuru 60%, Manaus com o total de 81,25%. Na capital do Estado Manaus tal percentual é bem mais expressivo que nos demais municípios. O percentual masculino é representado por 35,71% Iranduba, 40% Manacapuru e Manaus com somente 18,75% em Manaus.

Segundo dados do Relatório de Avaliação Programa 2008-2009 do Projovem Urbano no que diz respeito à primeira entrada, mostram uma super-representação das mulheres entre os alunos. Elas são 66,7% contra 33,3% dos homens, praticamente o dobro dos homens. Esses resultados são mantidos nas consultas relativas às novas entradas, com pequeno decréscimo no percentual de mulheres: 62,9% na 2ª entrada e 60,1% na 3ª entrada. Dados estes confirmados por meio do Relatório de Gestão do PJU (2008-2010) explicita que no Brasil dentre os participantes do PJU as mulheres apontam uma super-representação entre os alunos, com porcentagens superiores aos homens em todas as entradas. Os resultados do Censo da Educação Básica para o ano de 2008 apud Relatório de Gestão do PJU (2008-2010) mostram

que, no Ensino Fundamental, 48,4% dos alunos são do sexo feminino contra 51,6% do sexo masculino. Para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) esta proporção se inverte, com 50,1% dos alunos mulheres contra 49,9% dos alunos homens.

Outro aspecto identificado refere-se à faixa etária dos jovens. Vejamos no gráfico a seguir.

Gráfico 2.: Idade dos alunos do Projovem Urbano



Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 á janeiro 2011.

Evidencia-se a partir do gráfico acima que os alunos do PJU nos municípios pesquisados possuem em sua maioria a faixa etária entre 28 a 31 anos. Seguido pela faixa de 25 a 27 anos e por último a média de idade de 22 a 24anos. Vale ressaltar, que a maior porcentagem de alunos encontra-se na faixa etária entre 25 a 31 anos, sendo que no universo de 45 alunos, 32 está incluso nesta faixa de idade.

No que concerne à faixa etária, pode-se aferir que existe singularidades entre alunos da capital e os alunos dos municípios do interior do estado, ambos são jovens que por algum motivo abandonaram os estudos muito cedo e que somente agora neste dado momento da vida estão tendo a oportunidade de retomar os e dar um novo direcionamento para seu futuro.

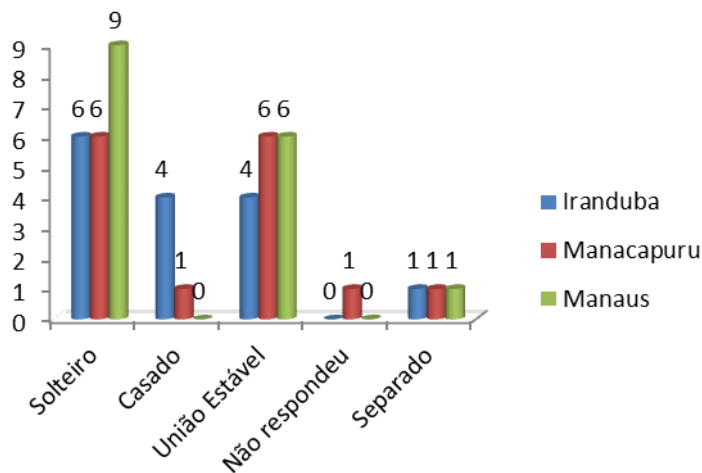
Percebe-se ainda, que a faixa etária dos alunos varia predominantemente entre 20 e 29 anos, conforme a proposta do programa, embora existam casos residuais de alunos com mais do que 30 ou até mesmo 31 anos como é o caso de um aluno como mostra no gráfico 2. Referem-se a jovens que completaram 30 ou 31 anos após ingressarem no programa, fato este considerado normal de acordo com o PPI (2008).

No que diz respeito à faixa etária, diversas são as formas de subdividir a juventude, de acordo com Brenner (2005), algumas das definições etárias existentes ainda são, em sua maioria, delimitadas por organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos, e afirma que entre 10 a 20 anos incompletos se está no período da adolescência. A Comissão Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQ) divide a juventude sendo de 15 a 19 anos os jovens propriamente ditos, e de 20 a 24 anos como jovens adultos.

Para a Organização Mundial da Saúde – OMS apud Ribeiro (2006), a Juventude é definida como segmento populacional metodologicamente identificado pelo processo de transição para assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar, quanto no plano comunitário, cronologicamente compreendido entre 15 e 24 anos de idade.

Isto posto, buscou – se saber, efetivamente, o estado civil dos alunos do PJU. Os dados podem ser visualizados no gráfico a seguir.

Gráfico 3. Estado Civil



Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 á janeiro 2011.

Evidencia-se a partir do gráfico que maior parcela dos alunos do PJU é solteiro, sendo em Manaus 57,25%, Iranduba 42,85%, e em Manacapuru 40%, seguidos dos que se encontram em união estável 40% em Manacapuru, Manaus 37,5% e Iranduba com 28,57%.

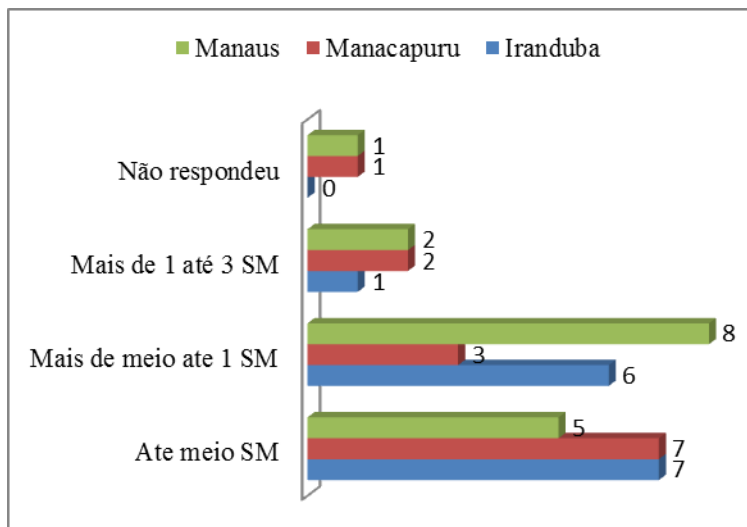
os casados e os separados possuem um número expressivamente menor frente aos itens já pontuados.

Observando as duas situações conjugais mais frequentes em dois momentos distintos dos municípios e na capital, verifica-se que o percentual de alunos solteiros ou com união estável aumenta consideravelmente em ambos os municípios.

Uma particularidade que vale ser ressaltada entre os alunos, e que os arranjos familiares formados por jovens do interior no que diz respeito ao casamento é mais frequente, tendo em vista que na capital Manaus nenhum dos entrevistados encontrava-se no momento da pesquisa casado.

Outro fator importante que se buscou saber diz respeito à renda mensal dos alunos pesquisados, os dados podem ser visualizados no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Renda Mensal



Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 à janeiro 2011.

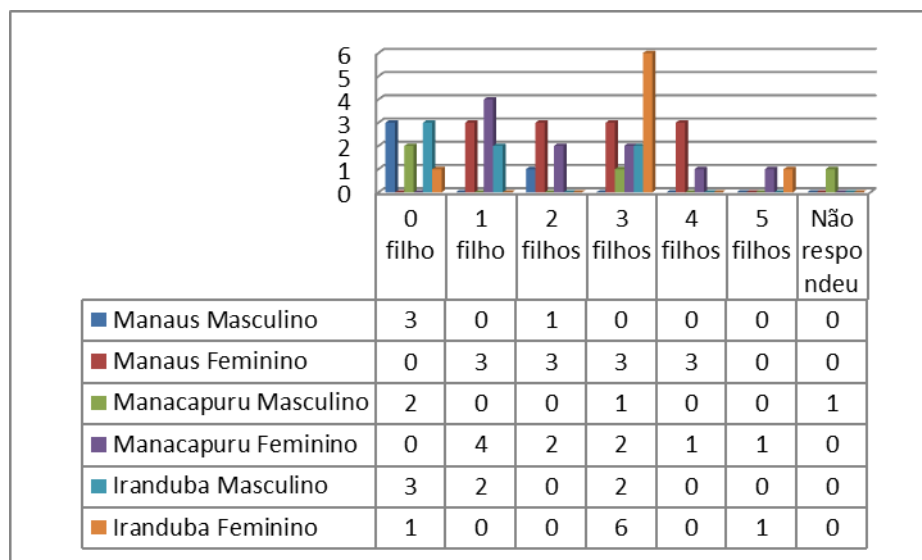
No que tange a renda familiar dos alunos do PJU o gráfico 6 demonstra que o maior valor recebido fica em torno de até meio salário mínimo (19 alunos), sendo 7 em Manacapuru, 7 em Iranduba, e 5 em Manaus seguido por mais de meio até um salário mínimo (17 alunos), 8 em Manaus, 6 em Iranduba e 3 em Manacapuru e posteriormente pelo maior valor que somente uma menor parcela recebe (5 alunos) sendo 2 em Manaus, 2 em Manacapuru e 1 Iranduba e por último os que não responderam que foi um total de 2 alunos.

De acordo com dados do IBGE (2009) citado na Mostra Jovem (2010) pouco mais da metade da população brasileira vivia com uma renda mensal de um salário mínimo nesse ano, considerando que o mínimo da época era de R\$ 465. Essa pesquisa indica que, dos 191,2 milhões de brasileiros, 56, 8% tinham renda familiar entre zero e R\$ 465. Nota – se que a renda familiar dos participantes e sua renda individual apontam para o perfil preconizado pelo programa.

A partir da pesquisa com os alunos do PJU foi possível constatar que essa realidade salarial compõe o denominado setor informal, onde muitos trabalhadores não possuem as qualificações exigidas pelo mercado e procuram no setor informal o meio de garantir uma renda para a manutenção de sua sobrevivência e de sua família. Para além disto, ressalta-se que a mão-de-obra excedente que compõe o setor informal e não é abrangido pelo mercado, mais o exercício industrial de reserva, são elementos que contribuem para manutenção do capital, pois com a força de trabalho excedente onde há competição por uma vaga no setor formal, o capital reduz o salário daquele que vende sua força de trabalho, afinal há um excedente estrutural de mão-de-obra.(Novaes,2003).

Em relação à quantidade de filhos distribuídos por sexo dos alunos do PJU nos municípios pesquisados e possível afirmar no gráfico abaixo.

Gráfico 5. Quantidade de filhos por sexo



Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 á janeiro 2011.

Com base no gráfico 07, se observa que nos municípios pesquisados as mulheres majoritariamente possuem mais filhos. Vale ressaltar, que dos 16 alunos em Manaus que

possuem filhos 12 são mulheres, em Iranduba o número baixa para 10 e em Manacapuru 8 mulheres. A partir desta análise verifica-se ainda, que os dois alunos possuem uma composição familiar de quantitativo mediano de pessoas, tendo em vista que o número de filhos dos alunos entrevistados varia em média entre 1 e 5 filhos.

O tópico seguinte apresentará os resultados colhidos junto aos alunos do programa PJU nos municípios pesquisados, no que diz respeito a sua vivência nas atividades de Ensino-aprendizagem, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

3.2. O Ensino – Aprendizagem do PJU pelos próprios jovens.

O objetivo desta seção é apresentar os resultados acerca da visão dos alunos no que concerne a participação na atividade de Ensino – Aprendizagem do PJU.

De acordo com o PPI (2008) o eixo de Ensino – Aprendizagem do PJU tem por finalidade proporcionar ao inscrito Formação Básica que deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental. Este foi pensado para atender as necessidades específicas de seu público em potencial jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram terminar o ensino fundamental na época prevista.

Com base nos dados a Pnad (2006) contidos no Projeto Pedagógico Integrado – PPI (2008), cerca de 40 milhões de jovens brasileiros de 18 a 29 anos, aproximadamente 10 milhões e meio tinham de um a sete anos de escolaridade. Considerando apenas a população urbana, são mais de 34 milhões de jovens com 18 a 29 anos e cerca de 7 milhões e meio com um a sete anos de escolaridade. Com base nos dados sobre a população jovem e a população excluída, foi possível definir o público potencial do ProJovem Urbano.

No mundo de hoje, segundo o Relatório de Gestão (2008 – 2010) o aspecto mais fundamental da educação é o desenvolvimento do aluno como sujeito de sua própria vida. E ao mesmo tempo em que passa a perceber a importância do outro e principalmente quando percebe a realidade em que vive e consegue fazer uma análise crítica a respeito dos assuntos que permeiam o movimento societário em que está inserido. Para poder proporcionar esta visão emancipatória, o PJU possui um currículo integrado diferenciado, com aulas teóricas e práticas ministradas de forma didática e bem dinâmica, com materiais preparados exclusivamente para atender as demandas do programa, pensados para jovens que passam o

dia trabalhando e chegam à sala de aula após um dia exaustivo de trabalho, mas, dispostos a concluir o ensino fundamental e se qualificar.

De acordo com o PPI (2008) o currículo do Programa foi concebido nessa perspectiva e pretende ultrapassar o campo das intenções para promover situações pedagógicas que efetivamente favoreçam a construção do protagonismo juvenil. Isso implica criar estruturas, tempos e espaços de aprendizagem vinculados aos objetivos do Programa e planejar ações nas quais se concretizem as experiências julgadas fundamentais para o processo de inclusão pretendido.

A intenção do programa é criar oportunidades, fazer com que jovens com baixo poder aquisitivo que estão fora da rede de ensino retornem aos estudos e descubram por meio da educação um instrumento de emancipação e mudanças. Assim, sua inclusão social tem de dar-se no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania, o que implica afirmá-lo como sujeito de direitos, culturas, saberes, emoções, sensibilidade, sociabilidade, ações éticas e estéticas. Tendo em vista, que entre suas finalidades está a formação integral dos jovens, proporcionando: Formação Básica, para elevação da escolaridade, a conclusão do ensino fundamental; Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial e; Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade. (Relatório de Gestão, 2008-2010)

Uma vez inseridos no Programa PJU de acordo com a Mostra Jovem (2010), esses sujeitos constroem representações e percepções diferenciadas sobre ele e que buscamos saber dos participantes do programa se suas expectativas em relação ao que é oferecido pelo programa buscou-se saber se suas expectativas foram atendidas.

A partir das falas, percebe-se que a estrada no programa Projovem Urbano representa um resgate da trajetória escolar ampla na vida dos alunos. Uma nova oportunidade que parecia não ter como retomar da conclusão do ensino médio, a realização de um sonho distante que agora estava se tornando realidade.

É que eu vou concluir meu ensino fundamental e se Deus quiser vou pro médio e o ProJovem é pra ajudar jovens afastado, tira da rua né? Colocar o jovem pro caminho exato foi muito importante e não deixou que eu desistisse dos meus sonhos, que eu só queria trabalhar. (sujeito – 3, Manaus).

Eu cresci mais, dei continuidade no meus estudos e não pensar em desistir por que o ProJovem não acabou aqui, e por que eu entrei aqui eu não

tinha mais sonho, e o ProJovem me ensinou a sonhar, eu achava que eu era muito velha já pra estudar e eu acredito hoje que ele veio pra mim aprender mais.(sujeito – 2, Iranduba).

(...) O Programa trouxe muitas oportunidades pra gente e que recuperou muitas coisas atrasadas que nós não tinha mais esperança de fazer, podemos fazer que é agora o ensino médio. (sujeito – 2, Manacapuru).

Note – se na fala dos alunos que o programa criou novas expectativas para eles. Os jovens expressam o desejo de concluir o ensino fundamental e continuar os seus estudos após o termino do programa, onde afirmam que após ter retomado os estudos desejam continuar até o ensino médio, e embora enfrentando muitos desafios conseguem sonhar com um futuro melhor proporcionado pelo programa por meio da educação recebida.

De acordo com Ribeiro (2006) o Estado precisa entender a educação como um investimento para o futuro, não como um fardo, uma despesa, algo que sobrecarrega os cofres públicos, pelo contrário, o investimento em educação de qualidade reduz os gastos e produz frutos positivos, tendo em vista que a desigualdade na distribuição de riqueza, também é gerada pela falta de investimento na educação, já que com o nível maior de escolaridade o jovem tem maiores oportunidades de adentrar no mercado de trabalho com melhores salários e maior desempenho para uma distribuição de renda.

Para, além disso, expressam que o programa não somente abriu novos horizontes quanto aos estudos e a oportunidade de chegar até a universidade, mas também a oportunidade de fazer novos amigos e de mudar de atitudes a respeito da sua vida e visualizam a oportunidade de conseguir um bom emprego depende da educação que estão buscando no programa.

Pra mim é a aprendizagem né? Uma porta aberta pra arranjar um bom emprego, aprender tudo que eu tinha dúvida na sétima to conseguindo aprender né? (sujeito – 2, Manaus).

Eu pretendo continuar meus estudos e fazer o médio, e se Deus quiser uma faculdade também né, que é pra mim poder da algo melhor pros meus filhos construir um futuro para eles essa é minha maior expectativa dar um futuro bom para os meus filhos.(sujeito – 1, Manacapuru).

Mudou o conhecimento, a relação com as pessoas, às matérias que agora estão mais avançadas, antes a gente estudava, mas, era mais difícil, hoje em dia as coisas se torna mais fáceis e mais melhoria pra gente ter mais envolvimento e sabedoria com as pessoas que souberam orientar a gente melhor. (sujeito- 1 Iranduba)”.

A partir da análise das falas citadas acima, percebe-se que a entrada no PJU representa para o jovem inserido no programa uma forma diferenciada de pensar o seu futuro e de perceber o mundo que o rodeia, o ganho relacionado com a volta aos estudos são reconhecidos mencionando melhorias na comunicação com outras pessoas dentre outras mudanças percebidas pelos alunos.

Assim sendo, os participantes da pesquisa, veem a partir do PJU, novos caminhos, novos projetos de vida, novas formas de conceber o mundo, e corroboram com a possibilidades dessas práticas pontribuirem para mudar a realidade dos indivíduos diante de seu próprio mundo.

Para além disso, algumas falas vão sinalizar porque os alunos do PJU avaliam de foma positiva as atividades cotidianas de sala de aula do Ensino-Aprendizagem das quais participam.

Pra mim eu acredito que é tudo de bom, por que pra mim conhecimento nunca é demais, é tipo assim pra vida toda né? (...) Conhecimento pra mim é fundamental, quanto mais eu adquiero conhecimento, mas eu me sinto assim uma pessoa inteligente, uma força meio sobrenatural, uma coisa fantástica, não tenho nada a reclamar das aulas. (sujeito – 1 Manaus).

Assim né, eu achei que as aulas foi uma coisa bem sucedida a partir do órgão que veio pra gente e trouxe melhoria pra nós e pra muitas pessoas que não tinham conhecimento do beneficio né então os professores que veio trazer muita experiência e conhecimento pra gente. (sujeito – 1, Iranduba).

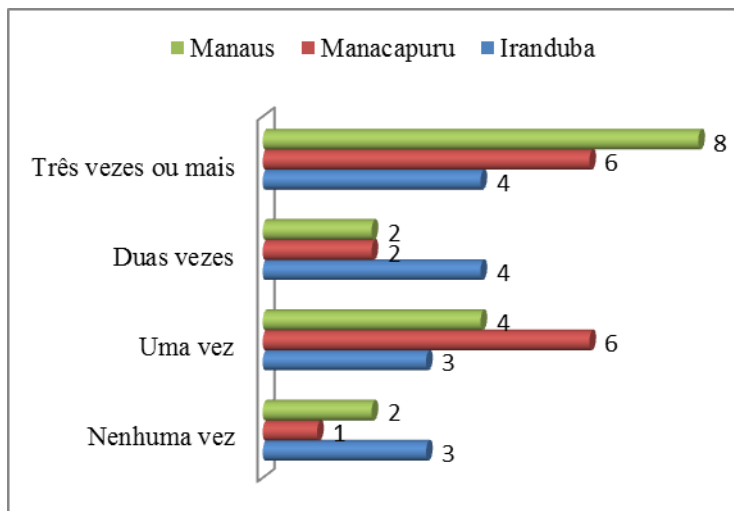
Foi coisa de momento pra mim, os assuntos que não era passado eu lia né, pois eu gosto de ler, e lia né, e deu para eu aprender bastante nas aulas com os professore. (sujeito – 1 Manacapuru).

É necessário compreender como alunos percebem as atividades em sala de aula, as falas são fundamentais para identificar a qualidade das aulas e das atividades desenvolvidas pelo programa. Quando um dos beneficiários diz que *os professores que veio trazer muita experiência e conhecimento pra gente*, mostra o interesse dos professores em ensinar aos alunos, e identifica o reconhecimento destes para com aqueles. Reportam-se bastante à forma com que é repassado o conhecimento a eles, sob uma nova forma, como uma novidade. Por isso é que vale lembrar as sábias palavras de Paulo Freire (1996, p.52) que afirma: “ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”. Também é salutar lembrar que

muitas vezes a visão daqueles que desenvolvem programas e projetos difere daqueles que participam das ações. Por isso a importância de se trabalhar de forma horizontal, e de buscar saber quais mudanças são percebidas pelos beneficiários, neste caso, os alunos a respeito das atividades que estão inseridos.

Partindo do pressuposto que o público do PJU é constituído de um segmento de jovens que recebem do programa um currículo direcionado para as especificidades da faixa etária de 18 a 29 anos, que tem em sua história, interrupção da escolarização, mediante a isso, buscamos deslinda a trajetória escolar deste jovem.

Gráfico 6. Quantidade de interrupções dos estudos



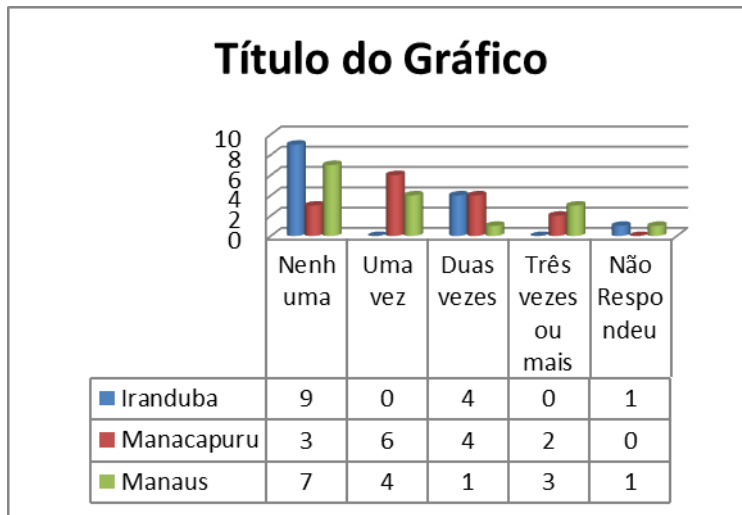
Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 a janeiro 2011.

Os dados referentes ao gráfico 6 revelam que grande parte dos entrevistados do PJU, abandonaram os estudos por mais de três vezes em um curto espaço de tempo, dentre os motivos do abandono relatados estão relacionados à necessidade de trabalhar, devido à ter constituído família. Tal fato aparece como um ponto, sobremaneira, determinante na trajetória escolar de abandono dos jovens do PJU, sendo confirmado na fala do aluno descrita abaixo:

Um pouco de dificuldade sim né por causa que eu comecei a estudar quando eu tinha mais ou menos uns seis anos mais ou menos de lá pra cá eu desisti arranjei família e as coisas se tornou mais difícil comecei a trabalhar e tinha muita dificuldade é nas matérias e até de chegar e pedir informação com os professores e alguns professores me procuraram em casa pra me ajudar nas matérias que eu tava atrasado, mas tive várias dificuldades. (sujeito – 1, Iranduba).

O gráfico a seguir, apresentará a quantidade de vezes que os alunos do PJU nos municípios pesquisados, foram reprovados durante seu percurso escolar.

Gráfico 7. Quantidade de reprovação



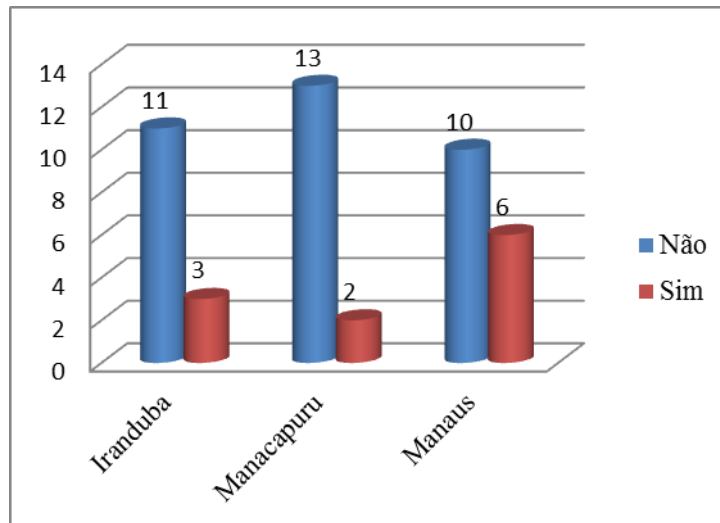
Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 a janeiro 2011.

Evidencia-se a partir do gráfico acima que o índice de reprovação escolar é recorrente na vida desses jovens, sendo que se torna mais expressivo no município de Manacapuru variando entre uma até três vezes, seguido por Manaus, e por fim Iranduba com o menor percentual de reprovação. Quando se investiga o percurso escolar pelo qual seguiram os jovens entrevistados com relação à esfera educacional, se percebe que majoritariamente são jovens com históricos escolares de abandonos e reprovações.

De acordo com a Mostra Jovem (2010) embora estes jovens apresentem um trajetória de defasagem série/idade seja notável, o estudo identifica que a entrada tardia na instituição escolar não aparece como principal fator que justifique tal defasagem, uma vez que os dados mostram que a grande maioria entrou na escola com idade prevista, até os sete anos de idade, são as dificuldades encontradas no percurso escolar que levam estes jovens a múltiplas repetências, o abandono e as reprovações.

O próximo gráfico, vai mostrar se os alunos do PJU nos municípios pesquisados estavam frequentando alguma instituição de ensino, antes de entrar no programa.

Gráfico 8. Frequências em instituição anterior ao PJU.



Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 a janeiro 2011.

Com base nos dados do gráfico acima, é possível afirmar que os jovens não estavam frequentando nenhuma instituição de ensino antes de entrarem no programa, e apenas um pequeno percentual frequentavam a Educação de Jovens e Adultos – EJA, sendo 37,5% em Manaus, 21,42% em Iranduba e 13,33% em Manacapuru, todavia, ao saber das facilidades e do valor dado pelo programa de 100 reais decidiram optar pelo PJU.

De acordo com a Mostra Jovem (2010) os jovens que participam do PJU foram atraídos inicialmente pela possibilidade de combinação de jornada diária de trabalho, uma vez que visualizam como flexível nos horários e nos trabalhos, da conclusão do ensino fundamental, que é citado por eles como ponto principal e do auxílio de 100 reais, fato este último confirmado na fala do aluno da capital Manaus descrita abaixo:

(...) eu tava fazendo no ensino regular pra estudar de graça e pra ser sincero eu não queria nem estudar só receber esse auxílio ai e isso nunca me passou pela cabeça, mas de uns tempos pra cá eu vim gostando fui começando a estudar e ter novas experiências, por que eu nem vinha ai os meus colegas disseram vai lá marcar menos presença pra tua bolsa não ser cortada, E eu fui gostando, fui ficando e vou concluir agora. (sujeito – 3, Manaus).

Vale ressaltar, ainda segundo a Mostra Jovem (2010) que a princípio realmente muitos jovens são atraídos pelo benefício, mas mudam de ideia no decorrer do programa como vimos ao final da fala do sujeito – 3 de Manaus que afirma que no princípio só frequentava as aulas por conta do dinheiro e depois foi gostando e decidiu concluir o programa.

Como vimos o PJU aparece como um marco na trajetória pessoal e educacional dos alunos, sendo responsável não apenas pelo seu retorno aos estudos no ensino fundamental, como também por ampliar aspirações a exemplo entrar na universidade e desenvolver potencialidades no mercado de trabalho.

O próximo ponto irá deslindar as expectativas dos alunos do PJU nos municípios pesquisados em relação expectativas sobre as atividades de Ensino – aprendizagem:

Pra mim é a aprendizagem né? Uma porta aberta pra arranjar um bom emprego, aprender tudo que eu tinha dúvida na sétima to conseguindo aprender né? Pena que tá acabando né e é isso a aprendizagem. (sujeito – 02, Manaus).

O ProJovem foi muito importante realmente porque me ajudou as minhas professoras davam muita força pra gente, pra gente continuar e até hoje quando eu encontro elas, elas me incentivam muito e isso foi através do Projovem né e eu aprendi mais muito mais. (sujeito – 1, Manacapuru)

Eu aprendi muito aqui no ProJovem por causa que eu cheguei aqui sem rumo e sem direção, e a professora Eleni foi uma mãe pra mim, foi minha mestra ela me ensinou muita coisa boa que vai ficar pra sempre..(sujeito – 02, Iranduba).

De acordo com os depoimentos dos alunos do PJU acerca do Ensino Aprendizagem, pode – se inferir que as aulas são tidas como um ponto positivo, sobretudo, no que concerne a atuação dos professores como incentivadores. Segundo a percepção dos egressos o Projovem Urbano, o ensino surge como uma oportunidade concreta em suas vidas, algo que anteriormente não era pensado por eles, além de novas perspectivas para o futuro, especialmente em relação à continuação dos estudos que aumentariam suas chances de entrada no mercado de trabalho.

A educação deve ser de fato um processo de humanização, que se constitua, em sua efetividade prática na vida de quem a vivencia. É por isso que Severino (2000) afirma que ao mesmo tempo em que acontece o investimento na transmissão aos educandos, dos conhecimentos científicos e técnicos, impõe-se garantir que a educação seja mediação da

percepção das relações situacionais, que ela lhes possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão se dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais.

Todavia, se contrapondo ao que foi citado acima, destacamos nas falas dos alunos expostas a seguir, certa insatisfação a respeito de entraves no que se refere ao Ensino-Aprendizagem, principalmente evidenciado no município de Manacapuru:

(...) Nos encontremos muitas dificuldades (...) os professores não estavam tão qualificados quanto esperávamos que estivessem, tinha professor que um professor chegava no final do livro e ele ainda tava no dois, aí a gente tinha que pular para o outra unidade né. (sujeito – 1, Manacapuru).

Foi difícil os filmes às vezes tinha parte em inglês que não dava pra entender e mesmo assim os conflitos com os colegas na sala de aula confusões com os professores. (sujeito – 2, Iranduba)

(...) E às vezes a gente não tinha tempo suficiente pra estudar, pra gravar, as coisas que eram passada pra nós e as vezes, os professores mesmo chegavam atrasados, as vezes a gente cansemo de ficar na sala de aula sem professor, eu achava que ia ser melhor que os professores que trabalhavam com a gente eles eram qualificados pra isso. (sujeito – 2 Manacapuru).

De acordo com a fala dos alunos acima, pode-se aferir que, embora majoritariamente a percepção dos alunos seja positiva em se tratando do Ensino – Aprendizagem, existe alguns fatores que tem causado certo descontentamento no que diz respeito a professores, a colegas, bem como a atividades que lhes eram passadas em inglês e não conseguiam entender o que estava sendo passada.

Vimos que a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB 9394/96) a perspectiva em relação à educação atinge os aspectos estruturais incluindo inclusive a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (Ensino Médio).

Em se tratando da educação de acordo com Bandeira (2006) já citado acima no Brasil, em geral, tem se tornado uma grave problemática que apresenta uma característica de precariedade de todos os níveis de ensino/aprendizagem. Apesar de o país investir cerca de 5,29% PIB em educação, no entanto, este investimento torna-se pouco frente às demandas sociais que urgem por respostas há séculos, sobretudo, no que se refere à qualidade social de

uma rede de educacional, onde todos tenham acesso e permaneçam na escola regular de forma que terminem os estudos em tempo hábil.

O tópico seguinte apresentará os resultados colhidos junto aos alunos do programa PJU nos municípios pesquisados e na capital no que diz respeito a sua vivência na atividade, Qualificação Profissional.

3.3. A Qualificação profissional pelos próprios jovens.

O objetivo deste item é apresentar os resultados acerca da percepção dos alunos no que concerne a participação na atividade de Participação Cidadã do PJU.

De acordo com o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano – PPI a Qualificação Profissional no PROJOVEM tem por finalidade proporcionar aos alunos formação técnica geral e formação técnica específica, trabalhando a partir de arcos ocupacionais, e desenvolve Projeto de Orientação Profissional (POP), com o objetivo de despertando o jovem para as questões atuais do mundo do trabalho e oferecendo conhecimentos básicos de uma ocupação profissional. O eixo Qualificação Profissional deve proporcionar ao jovem o acesso a uma atividade de qualificação profissional, a princípio inicial que está dividido em três atividades que se completam:

A Formação Profissional Técnica Geral consiste em apresentar aos jovens informações sobre a importância do trabalho, bem como da formação técnica profissional e seus desdobramentos no mundo contemporâneo.

Os arcos ocupacionais buscam atender a exigências do mercado de trabalho atual, bem como proporcionar ao jovem a oportunidade de se profissionalizar para adentrar neste exigente mercado, como empregado ou dono do seu próprio negócio, se tornando micro empresário.

Os arcos são: Administração, Agro Extrativismo, Alimentação, Arte costura I e II, Construções e reparos I e II, Educação, Esporte e lazer, Gestão pública e terceiro setor, Gráfica, Joalheria, Madeira e Móveis, Metalmeccânica, Pesca e Piscicultura, Saúde e Serviços domésticos I e II, Serviços pessoais, telemática Transporte e turismo e Hospitalidade. O Projeto de Orientação Profissional – POP que possui como característica principal de trabalho, despertar no jovem durante todo o curso uma forma reflexiva de compreender a dinâmica societária do mundo do trabalho para criar estratégias de inserção no mesmo.

Partindo do pressuposto, de que a Qualificação Profissional do Projovem busca preparar o jovem para o mercado de trabalho e considerando a sua importância na contemporaneidade, tendo em vista a possibilidade de inserção no mundo do trabalho e o desenvolvimento de potencialidade, competência e habilidade, buscou-se saber a percepção dos alunos do PJU a respeito da sua participação na atividade.

A Qualificação Profissional a teórica foi boa muito boa, mas, a prática não foi tão boa porque foi praticamente um mês só não teve como a gente aprender (...). Não foi o que você imaginava não, não foi o que eu imaginava porque na realidade eu entrei com uma visão bem ampliada da Participação, da Qualificação, da informática né, mas, não foi nada do que eu esperava. (Sujeito – 1 Manacapuru).

A minha experiência assim é que eu nunca tinha participado assim, foi uma experiência boa pra mim e eu acho como pra todos os alunos que participaram da Qualificação Profissional e com a ajuda da professora que procurava incentivar e ajudar vários alunos que se achavam com dificuldades e bastante orientação, coisas que a gente não sabia a gente aprendeu dentro com eles. O único problema é que as aulas práticas deixou a desejar porque quase não tinha. (sujeito – 1, Iranduba).

É a gente bem sabe que hoje o mercado de trabalho é difícil que os jornais de Manaus anunciam que muitas vagas não são preenchidas por falta de qualificação, a qualificação pra mim eu vejo como fundamental (...) ele tem que aproveitar a aula que o professor tá dando que ele visa o certificado por que é um passaporte pra entrar no mercado de trabalho. O que deixou a desejar e que não aconteceram as aulas práticas de qualificação Profissional. (sujeito – 1 Manaus).

É assim, a gente sabe que é milhões investido nisso e eu mesmo me perguntei por que não veio essa qualificação profissional e essa prática e nós recebemos o livro pra estudar dessas aulas práticas, mas o principal não veio que foi as aulas práticas logo no início e não chegaram. E o fracasso do programa que foi isso uma dificuldade que a gente teve. (sujeito – 2 Manacapuru).

Conforme o as falas acima, os alunos do Projovem Urbano revelam que tiveram boas experiências acerca das aulas teóricas de Qualificação Profissional. Todavia, nas aulas práticas os resultados assinalam que a maior parte dos alunos em ambos os municípios, ainda não haviam participado das aulas práticas de Qualificação Profissional como preconiza o Projeto Pedagógico Integrado do Programa Projovem Urbano – PPI.

A partir desta análise, verifica-se que dentre os entrevistados a maior parte ainda não tinham participado das atividades práticas do QP por meio de arcos ocupacionais oferecidos pelo programa, ou se participou foi somente no final do curso, ou seja, a qualificação que

deveria ser recebida em 18 meses em alguns casos se limitou em apenas entre 1 e 3 meses com atividades somente uma vez por semana, motivo pelo qual deixou os jovens desestimulados, tendo em vista, que a Qualificação Profissional é encarada pelos mesmos como uma preparação para obter uma profissão e conseqüentemente adentrar no mundo do trabalho como vemos na fala do aluno de Manaus *a qualificação pra mim eu vejo como fundamental (...) tem que aproveitar a aula que o professor tá dando que ele visa o certificado por que é um passaporte pra entrar no mercado de trabalho.*

Diante do reconhecimento de que os jovens são atores sociais com potencialidades e que precisam de oportunidades cabe ao Estado implementar novos paradigmas sobre o trabalho para este segmento, segundo Leite (2008) no contexto atual de disparidades de rendas, o trabalho pode ser espaço de aprendizagem, de socialização e de afirmação da identidade de práticas sociais potencialmente libertadoras, não se trata mais de trabalho como atenuante de pobreza ou alternativa a marginalidade e a exclusão, trata-se do trabalho como direito e componente essencial para a formação do jovem como cidadão.

Apesar do reconhecimento da lacuna deixada pela falta das aulas práticas de Qualificação Profissional os jovens participantes da pesquisa declaram que o conhecimento que receberam e as poucas oportunidades de contato com a prática no arco escolhido, trouxeram grandes expectativas com mudanças para seu futuro, bem como uma chance vista por eles de adentrar no mercado de trabalho com um salário melhor ou de montar seu próprio negócio, como podemos constatar nas falas que se seguem:

(...) A QP do ProJovem é uma coisa assim que serve pra gente que vai nos ajudar a conquistar o nosso sonho, dum trabalho melhor de uma renda muito mais remunerada e ela é uma coisa que não pode faltar a nenhum aluno. (sujeito – 1 Manaus).

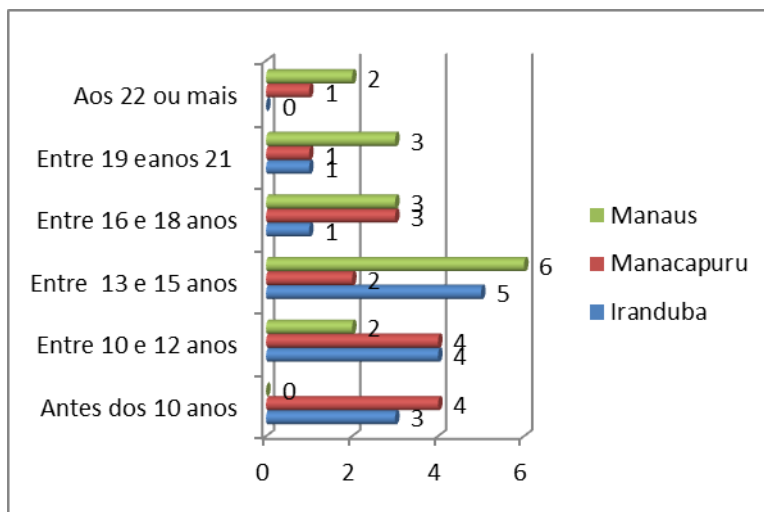
A QP Trouxe pra mim muitas mudanças como eu disse no começo, à oportunidade que a gente nunca teve e até mesmo emprego, antes deu tá no ProJovem eu não trabalhava nem de carteira assinada e agora não eu trabalho de carteira assinada, ficou mais fácil de ter carteira assinada e um emprego. (sujeito – 2, Manacapuru).

Muita coisa a professora dizia que a gente tinha que se expressar mais e não ter vergonha de se expressar e qualificação profissional também chegou na hora certa à gente tem que aprender mais esse negócio de emprego, como se expor falar conversar com as pessoas. (sujeito – 2, Iranduba).

De acordo com dados do PNAD citado na Mostra Jovem (2010) atualmente a maior parte da população jovem está vinculada ao mundo do trabalho, porcentagem esta que abrangia em 2006, em torno de 66% dos jovens entre 14 e 29 estavam trabalhando ou em busca de trabalho, proporção bem superior à de jovens que estudavam 39%. Os dados apontam que mesmo quando desempregados, o trabalho é a principal referência na vida da juventude brasileira é tido como fundamental e a qualificação é tida como a facilitadora para empreender no mercado competitivo de hoje.

Com base no exposto acerca da importância do trabalho na vida do jovem, buscou-se saber com quantos anos os participantes do PJU adentraram no mundo do trabalho. Esta informação é de certa forma, de grande relevância, uma vez que de acordo com o que foi posto acima, uma parte expressiva dos jovens abandonam os estudos devido à necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar, vejamos no gráfico seguinte:

Gráfico 9. Idade que começou a trabalhar.



Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 à janeiro 2011.

Por estes dados, pode-se constatar que majoritariamente os alunos do PJU entraram no mercado de trabalho informal com idade inferior a 16 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA¹³ preconiza que antes dos 16 anos a criança ou adolescente só pode trabalhar como menor aprendiz com idade entre 14 e 16, com garantia de tempo para os

¹³ A Constituição Federal de 1988 proíbe qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo a condição de aprendiz. Este limite de idade foi modificado pela Emenda Constitucional (EC) no 20 de 1998, elevando a idade mínima para 16 anos e permitindo aprendizes com idade entre 14 e 16 anos.

estudos. Todavia, cerca de 30 dos 45 alunos que participaram da pesquisa, desde cedo estavam trabalhando, sujeitos aos subempregos precarizados e sem expectativa de crescimento pessoal e social, uma vez que deixam a escola o que seria o instrumento de garantia de oportunidade de concorrência no mercado de trabalho formal.

Segundo Dieese (2006) citado por Duarte (2009) grande parte dos jovens que não estudam e só trabalham desde muito cedo, se encontram no seio das famílias mais pobres das periferias das grandes cidades. Há alto índice de oportunidade de emprego no que concerne à renda da família a qual esses jovens pertencem, tendo em vista que o trabalho continua sendo fator integrador do ser humano em sociedade, e não se faz diferente para este segmento que busca se firmar em sociedade.

De acordo Antunes (1995) o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda a sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais qualquer vida social poderia existir. Em seguida, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja a de que, ao modificar o mundo natural, os seres humanos também modificam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais tanto objetivas quanto subjetivas.

O quadro abaixo vem corroborar com o que já foi explicitado a respeito das expectativas dos alunos do PJU acerca das experiências vivenciadas na atividade de Qualificação Profissional.

Quadro 07 : Expectativas com relação à Qualificação Profissional.

As atividades de Qualificação Profissional atende suas expectativas?						
	Manacapuru		Iranduba		Manaus	
	N. de Alunos	% Alunos	N. Alunos	% Alunos	N. Alunos	% Alunos
Sim, atende e até supera minhas expectativas	6	40%	10	71%	5	31,25%
Atende só um pouco minhas expectativas	5	33,00%	1	7%	5	31,25%

Não, não atende as minhas expectativas	4	27,00%	3	21%	6	37,50%
Total geral	15	100%	14	100%	16	100%

Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 á janeiro 2011.

A visão dos alunos permite concluir que existe uma diferença de opinião que varia de um município para o outro. Iniciando com município de Iranduba com uma porcentagem bem expressiva frente aos outros municípios com 75% dos alunos assinalando positivamente a respeito de ter suas expectativas atendidas em relação à Qualificação Profissional do programa Projovem Urbano, seguido por Manacapuru com 40% e Manaus com 31,25%. Todavia, não se pode deixar de explicitar certo descontentamento que varia entre 21% a 37,50% nos três municípios.

No Relatório da OIT citado por Leon (2009) sobre o trabalho decente da juventude, aponta-se que na década de 1990 até o ano de 2006, houve uma queda na participação de jovens no mercado de trabalho, mas em contrapartida houve uma melhora nos anos de escolaridade, que não significam necessariamente numa boa qualidade de educação. Os jovens continuam em desvantagem em relação aos adultos quanto ao emprego formal no que diz respeito aos níveis de salários e carga horária.

Para, além disso, por conta das mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorreram nos últimos anos de acordo com Sposito (2003), muitos jovens têm que conciliar trabalho, educação e formação profissional para poderem se integrar ao mercado de trabalho, porém a realidade que se coloca no Brasil, bem como, em outros países da América Latina é que inda faltam políticas públicas que atendam a demanda juvenil e que garanta geração de qualificação, emprego e renda, que levem os jovens a desenvolver seus potenciais e assim contribuir para o desenvolvimento social do país.

O tópico seguinte apresentará os resultados colhidos junto aos alunos do programa PJU nos municípios pesquisados e na capital no que diz respeito a sua vivencia nas atividades de Participação Cidadã.

3.4. A Participação Cidadã pelos próprios jovens.

Todo jovem tem direito e deveres, ou seja, deve ter sua cidadania garantida, todavia, para que se concretizem esses direitos, o mesmo deve ser participante dos debates que permeiam a sua vida em sociedade. Neste momento se buscou saber o ponto de vista dos alunos do PJU no que concerne o envolvimento nas atividades de Participação Cidadã como instrumento que possibilita discussão para a conquista de direitos sociais.

De acordo com o PPI (2008) a Participação Cidadã no Projovem Urbano tem como objetivo contribuir para que o jovem reconheça seus direitos e deveres de cidadão, para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e criadora de novos espaços e que permita uma nova visão da realidade que o rodeia, motivando e instigando - os a participar da vida da comunidade em que moram e da cidade, através da elaboração e execução do Plano de Ação Comunitária (PLA), bem como deverá garantir aprendizagem sobre os direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários.

Partindo da ideia de que a Participação Cidadã do PJU pretende despertar aos alunos uma nova visão a respeito dos assuntos que permeiam a sua vida de forma crítica, buscou – se saber sobre os possíveis efeitos de mudanças nas ações e valores dos alunos do PJU a partir de seu ponto de vista nas atividades promovidas pela Participação Cidadã.

Participação cidadã e uma matéria que eu adorei é uma aula assim que visa abrir nossos olhos assim, pros nossos direitos de cidadão é uma aula assim que mexe com a nossa cidadania pena que houve aquele movimento que é feito nos bairros que é chamado de PLA. (sujeito– 1, Manaus).

Participação Cidadã foi bem diferente do que eu esperava, mas, mesmo assim eu conseguir colher algumas experiências boas apesar de não funcionar da forma que era para funcionar porque não saiu da escola com o PLA, não saiu da sala de aula. (sujeito – 1, Manacapuru).

As falas dos alunos do PJU apontam que a Participação Cidadã trouxe experiências novas, tanto no que diz respeito à aprendizagem, quanto na possibilidade de outra percepção da realidade que estão inseridos, para além das que possuíam principalmente no que concerne descoberta de direitos que até então eram desconhecidos por eles. Todavia, relatam que o ponto negativo ficou por conta da não realização do Plano de Ação Comunitária que é preconizado pelo PPI (2008) que consiste na aplicação do projeto que é construído pela turma

juntamente com os professores, com o objetivo de beneficiar a comunidade em que está inserido.

Outro fato que merece ser pontuado, se refere ao que preconiza o PPI (2008) a ministração da Participação Cidadã deve acontecer sob orientação de uma Assistente Social, que deve para além das aulas praticas, juntamente com os alunos planejar, executar e avaliar o PLA ate o momento que deve ser apresentado para a comunidade, sendo que revela uma contradição no que propõe o PPI (2008) a respeito do componente curricular e o que é oferecido pelo programa na prática, pois não dispõe de um profissional de Serviço Social.

De acordo com Souza (2008) as políticas públicas permitem distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. Ou seja, na teoria as politicas públicas propõem diversas coisas e na prática vários fatores contribuem para que isto não ocorra quase sempre tal fato é atribuído na fase se execução e operacionalização daqueles que a efetivam.

Diante disso, investigou-se o entendimento dos alunos do PJU sobre as aulas de Participação Cidadã a respostas ao questionamento podem ser vistas a seguir.

E como eu to dizendo né, a gente conveve com as pessoas e adquire experiências também pra gente, foi muito bom eu aprendi a trabalhar com material reciclável, a garrafa peti né que antes eu não sabia, e foi bom por causa disso ne aumentou o meu conhecimento.(sujeito – 1, Manacapuru).

Foi muito importante pra gente por que a gente teve vários passeios, várias brincadeiras com os professores, tivemos vários grupos e os professores ajudando a gente e trouxe muita melhoria e conhecimento.(sujeito – 1, Iranduba).

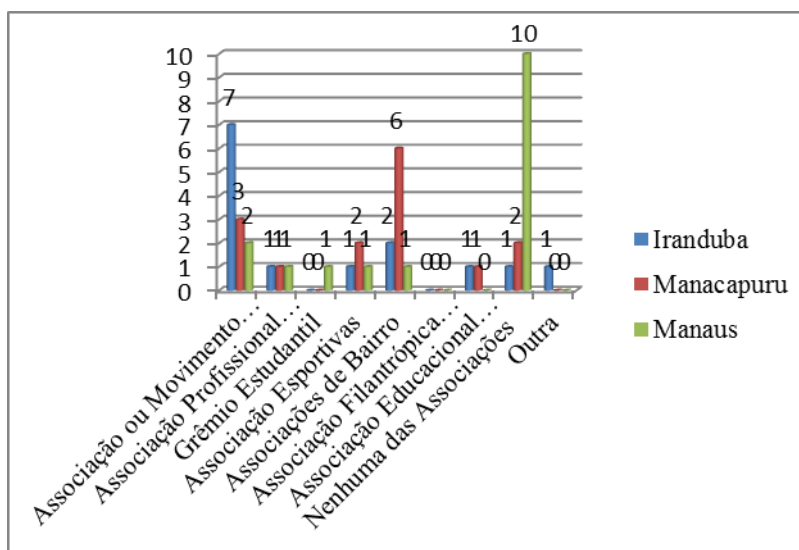
A participação cidadã uma matéria que pega no profundo do nosso direito como cidadão, eu digo assim como uma guerra, uma batalha. (sujeito – 1, Manaus).

Nestas falas foi possível depreender que os jovens não tinham um conhecimento aprofundado sobre a importância da Participação Cidadã, ainda é uma opinião voltada para a subjetividade, os alunos do PJU ainda não conseguem entender que as atividades de Participação Cidadã devem ao que consta no PPI (2008) promover não somente o seu desenvolvimento pessoal como também o da sociedade e garantia de seus direitos. Processos estes que só podem se tornar realidade na vida desses jovens, sobretudo, se as políticas e programas direcionados a este segmento contenham em seu conteúdo noções mais atuais e emancipadoras, que identifiquem e tratem os jovens como sujeitos de direitos,

ao contrário de como são tratados pelos programas que partem de noções mais tradicionais, em que predominam perspectivas segmento que precisa ser contido.

Com a base na importância da participação do jovem no favorecimento ao desenvolvimento das ações que compõem políticas e programas direcionados para este segmento, buscou-se saber junto aos alunos do PJU quais os tipos de associações que participam. Os dados podem ser visualizados a seguir.

Gráfico 10. Tipos de organização que participam.



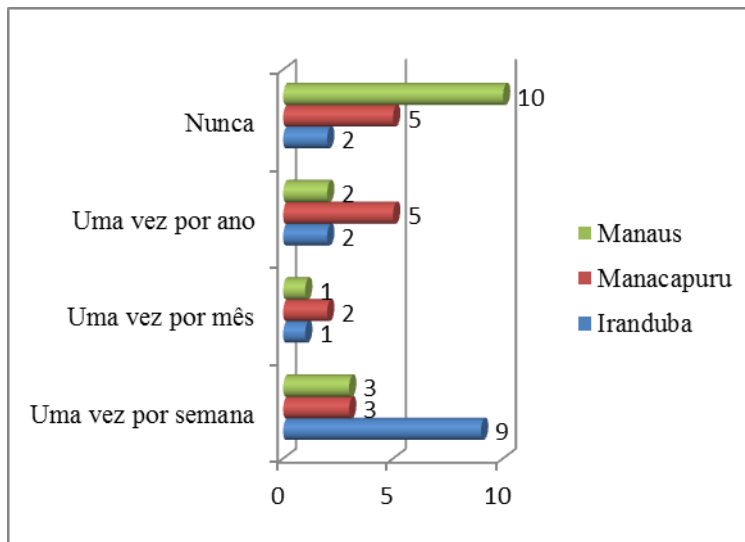
Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 á janeiro 2011.

A partir do gráfico 10 evidencia-se que a maior parte dos alunos do PJU nos municípios pesquisados participa das atividades em algum tipo de associação, sendo que em Manacapuru e Iranduba todos os alunos afirmam participar, a surpresa ficou com o município de Manaus em que 10 dos 16 alunos, ou seja, 62,5% dos alunos expressaram não participar de nenhum tipo de associação.

De acordo com o Relatório de Gestão do PJU (2008-2010) é comum se ouvir dizer que os jovens não se interessam pela participação política, mas pesquisas sobre juventude contidas neste relatório indicam que eles têm noção de pertencimento comunitário e de disponibilidade para ações coletivas e participativas pelos canais que de alguma forma lhes são acessíveis.

Outro aspecto importante identificado em relação à participação em associações dos alunos do PJU diz respeito à frequência em que participam de tais organizações. Os dados podem ser visualizados a seguir.

Gráfico 11. Frequência de participação nas organizações.



Fonte: pesquisa de campo, novembro 2010 á janeiro 2011.

O gráfico permite salientar que o nível de participação dos alunos do PJU varia de um município para o outro, sendo que em Iranduba a participação é mais expressiva variando entre uma vez por semana até uma vez por ano, seguido por, Manacapuru e por último Manaus com o menor número de participação.

Segundo Felizardo (2006) é por meio dos espaços públicos formais, a saber: o Conselho Municipal da Juventude e as conferencias regionais que se constituem em canais de diálogos entre o estado e os cidadãos, todavia, possuem alguns limites, sendo necessário um aprimoramento e o reconhecimento das diferentes realidades juvenis e de suas variadas formas de inserção pública, sendo necessário que o jovem se organize e participe efetivamente em discussões que permeiem a sua vida em sociedade.

De acordo com Sposito (2003) o protagonismo juvenil não se espelha somente na forma de relação social do jovem, nem pela ideia de sua autonomia e capacidade de participação, trata-se, sobretudo, do reconhecimento dos jovens como atores coletivos relevantes e, por isso mesmo, com direitos à autonomia. Para, além disso, trabalhar o protagonismo juvenil significa considerar suas reais necessidades e opiniões.

Vale ressaltar, que a cidadania é algo construído não e dado, precisa ser conquistada e mantida, sobretudo, só se torna possível por meio da construção coletiva e participativa,

situação esta que pode ser comprovada em se tratando dos jovens do PJU, tendo em vista que se comprovou nas análises, que de alguma forma eles tem se envolvido em associações e movimentos que objetivam pensar a realidade e debater sobre os principais assuntos do Brasil e do mundo na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornamos nosso mundo significativo pela coragem de
nossas perguntas e pela profundidade de nossas respostas.

Carl Sagan

Apesar da demora do Brasil em criar uma legislação própria que atendesse as demandas do segmento juvenil e suas infinitas de perfis, a juventude brasileira alcançou visibilidade e atenção por parte do Estado, com ações específicas a partir da década de 90, sobretudo com a criação da Política Nacional de Juventude e diversos programas, dentre eles o PJU e desde então grandes avanços foram conquistados no que diz respeito à inclusão do jovem em programas e projetos, que de alguma forma tem contribuído para mudar a trajetória de muitos jovens no Brasil.

Este trabalho buscou vislumbrar as mudanças ocorridas na vida dos jovens do PJU nos municípios pesquisados. Com isso, para sua realização foi necessário um cuidado especial em todo o processo da pesquisa, como nas leituras para o referencial teórico apoiado nas categorias centrais de análise, nas visitas nos lócus da pesquisa, nas análises e interpretações dos dados obtidos, para que por meio das informações obtidas seja possível o aprimoramento do programa.

No que tange à aproximação com os alunos nos municípios pesquisados, obtivemos uma experiência bastante proveitosa, pois foi possível conhecer um pouco da vivência, bem como de suas experiências em pleno desenvolvimento das atividades do PJU. Todos os entrevistados demonstraram respeito à pesquisa, bem como foram solícitos quanto à participação, visto que sem eles, esta não poderia se desenvolver de forma efetiva. Os resultados serão apresentados a seguir:

No que diz respeito ao Ensino- Aprendizagem foi possível constatar que os jovens do PJU avaliam positivamente as atividades nos municípios pesquisados, relatam que tiveram suas expectativas atendidas, sendo ainda a escolarização um fator de motivação para os jovens com relação ao futuro, o efeito mais contundente observado no decorrer da pesquisa se refere à retomada dos estudos e a reinserção no sistema educacional, onde afirmam que o Projovem é uma oportunidade ímpar para a recuperação do tempo perdido, assunto que aparece em inúmeras falas. Os jovens expressam ainda a possibilidade de conclusão do ensino fundamental e afirmam que após terem voltado a estudar pretendem prosseguir até o ensino médio e a uma faculdade.

Apesar de problemas de implementação apontados pelos alunos do PJU a exemplo, à falta qualificação de alguns professores, a merenda que segundo eles era de péssima qualidade, e as dificuldades de entendimento dos conteúdos passados, mudanças significativas foram percebidas e relatadas pelos jovens, especialmente mudanças de atitude que diz respeito ao outro, e a ele próprio, sendo que acontece uma mudança atitude e uma recuperação da autoestima que havia ficado para traz devido às dificuldades da vida.

As informações analisadas permitem indicar que as atividades de Ensino-Aprendizagem têm tido um bom desempenho, todavia, deve ser observado se está realmente acontecendo à formação continuada para educadores preconizada pelo PPI (2008), que seja verificado junto à coordenação o porquê da má qualidade da merenda oferecida para os alunos, bem como tentar adequar os conteúdos as dificuldades apontadas pelos alunos no decorrer do curso.

No que tange a Qualificação Profissional constata-se na fala dos alunos certo descontentamento, uma vez que depositaram grandes expectativas em se qualificar e ter mais oportunidade de concorrência para entrada no mercado de trabalho, fato este justificado pela ausência da parte prática, foi possível detectar que as iniciativas do programa direcionadas para este fim não tem sido suficientes, tendo em vista que segundo eles as aulas de Qualificação Profissional se resumiram a aulas teóricas, que não tiveram acesso a um local para que as aulas práticas fossem realizadas e que não tinha material para que pudessem acontecer. Destacam ainda que as aulas práticas foram de fundamental importância e que trouxeram uma nova visão acerca do mundo do trabalho e, que, mesmo sem as experiências na prática, sendo que somente um pequena parcela teve oportunidade de ter contato, os conteúdos recebidos irão ser importantes para construções de um novo futuro.

Mediante ao que foi analisado torna-se claro que a Qualificação Profissional do PJU deve passar por uma reformulação para que aconteça um melhor desempenho do programa, com vista à garantia da realização das aulas práticas para que os alunos tenham acesso a uma qualificação e possa desenvolver o POP em lugares apropriados e com todos os materiais necessários como preconiza o PPI (2008), uma vez que somente o ensino não garante a entrada no mercado de trabalho.

A Participação Cidadã, por sua vez, é analisada pelos alunos de duas formas uma positiva, justificada pela oportunidade de descoberta de direitos até então desconhecidos por eles por meio de reflexões que foram despertadas nas aulas práticas, que proporcionaram uma

nova leitura da realidade em que vivem e dos assuntos que permeiam a sociedade. O ponto negativo ficou por conta da ausência das aulas práticas na maioria dos municípios, e da não construção e implementação do PLA na comunidade, uma vez que a Participação Cidadã de acordo com o PPI (2008) pressupõe a atuação do aluno do PJU na sua comunidade por meio da criação de um plano comunitário, que deve ser acompanhado por um profissional de Serviço Social do planejamento a implementação com objetivo de trazer melhoria para a comunidade em que está inserido o jovem. Para, além disso, constatou-se que nos municípios pesquisados que as atividades de Participação Cidadã não são desenvolvidas por um profissional de Serviço Social, com o propõe o PPI (2008), e que até o momento da realização da pesquisa alguns dos núcleos nem sequer haviam construído planos ou projetos, e outros que estavam em construção não chegaram a ser implementados na comunidade.

Expõe-se, enfim, a relevância do programa Projovem Urbano para os alunos atendidos, embora que em seu bojo haja fragilidades, mas suas potencialidades foram apreciadas, o que suscita inúmeras consequências positivas nas vidas daqueles que participam. No mais, diante dos resultados apresentados, este trabalho propõe para que haja um melhor desempenho do programa PJU a necessidade de uma revisão contínua na forma como está sendo implementado de maneira que alcance os objetivos propostos pelo Projeto pedagógico Integrado e atenda as necessidades dos jovens brasileiros no que tange a efetivação de seus direitos e a construção de uma sociedade mais justa para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ivone Batista. **Juventude e Políticas Públicas e emancipatórias: algumas comparações.** In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) Políticas Públicas no território das Juventudes. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes 2006.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência social na América Latina: desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay et alii. – Brasília: UNESCO, BID, 2002.192p.

ABAD, Miguel. Crítica política das Política de Juventude In Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). – **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 3 ed. São Paulo. Cortez, 1995.

BANDEIRA, João Sá. **Juventude, universidade e trabalho comunitário: participação e diálogos entre teoria e práticas sociais.** In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) Políticas Públicas no território das Juventudes. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2006.

BANGO, Julio. **Políticas de juventude na América Latina: Identificação de desafios.** Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). In Políticas públicas: juventude em pauta. – São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CARMO Paulo Sérgio do. **Juventude no singular e no plural.** In. *As caras da Juventude* Cadernos Adenauer Nº 06 São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2001.

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. In: CATTANI, Antonio David. DIÁZ, Laura Mota (orgs). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Tra. Ernani Ssó. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2005

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE; **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CORDEIRO, Denise. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedade**. Rio de Janeiro: Lamparina, Farperj, 2009.

CHAVES, Eliseu de Oliveira Júnior. **Políticas de Juventude: evolução histórica e definição** In SHOR, Nélia; MOTA, Maria do Socorro F. Tabosa; BRANCO, Viviane castelo (Orgs). Cadernos Juventude, saúde e desenvolvimento, vol. I. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde, 1999.

DAYRELL, Juarez. **Juventudes**. In Presença Pedagógica. V.8. N. 93, maio/junho. 2010. Ed. Dimensão: Belo Horizonte.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação & Sociedade. N.28, N. 100. Campinas. Out. 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência/** Pedro Demo. -2. Ed. – São Paulo: Atlas, 1987.

DUARTE, MRT; Almeida, JA; Costa, KS; Silva, VR. - FAE/UFMG “**Perfis**” de jovens e **concepções de juventudes**. Palavra de jovens sobre o ProJovem: estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais/ Marisa Teixeira Duarte(Organizadora) - Belo Horizonte: Escritório de Histórias , 2009.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil & ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007.

JUNIOR, Felizardo Carlos Luiz. **Políticas Públicas de juventude: pão e circo.** In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) Políticas Públicas no território das Juventudes. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude.** São Paulo: Cortez, 2006. Observatório três: Cenas da juventude.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

LEITE, E. M. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. **Políticas públicas: juventude em pauta.** 2ª ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

MILLS, Wright. **Do artesanato intelectual.** In Imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. (Coleção Temas Sociais).

MOSTRA JOVEM: rompendo invisibilidades: perfil e percepções dos participantes da 1ª mostra de produções do Projovem Urbano. (org). Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro – Brasília. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude, Projovem Urbano 2010.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). – **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

RIBEIRO, Ana. **Políticas pública e juventude.** In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) Políticas Públicas no território das Juventudes. – Rio de

Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas das Conexões de Saberes 2006.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008 – 2009. (org). Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro – Brasília. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude, Projovem Urbano 2010.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE **Projeto Pedagógico Integrado** – Projovem Urbano. Brasília 2008.

SILVEIRA, Olívia Maria Costa. **O Unicórnio e o Rinoceronte: Uma análise do Projovem a partir da percepção de seus beneficiários**. UFBA. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado, Salvador, 2009.

SILVA, Enid Rocha Andrade, ANDRADE, Carla de Coelho. A Política Nacional da Juventude: desafios e dificuldades. In Jorge Abraão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho (orgs). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília : IPEA, 2009.

SEVERINO, A. J. **Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico**. São Paulo: Perspec, 2000, p. 65-71.

SILVEIRA, Olívia Maria Costa. **O Unicórnio e o Rinoceronte: Uma análise do Projovem a partir da percepção de seus beneficiários**. UFBA. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado, Salvador, 2009.

SPOSITO, Marília. **Trajetórias na constituição de políticas de juventude no Brasil**. In Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). *Políticas públicas: juventude em pauta*.– São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SPOSITO, Marília. **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. Marília Sposito (coord). São Paulo: Global, 2007

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Pública**. In Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

UNESCO. Políticas Públicas de/para/com juventude. Brasília: Unesco, 2004. WISELFISZ, J.J. Relatório de desenvolvimento juvenil 2003/Julio J. Wais Brasília: UNESCO, 2004.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Descrição	Ago 2010	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2011	Fev	Ma	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos
Construção e revisão das bases teóricas e metodológicas	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados
Contato inicial com a instituição		Realizados											
Elaboração dos instrumentais técnicos de coleta de dados			Realizados	Realizados									
Elaboração e apresentação do relatório parcial			Realizados	Realizados	Realizados								
Pesquisa de campo (levantamento documental e realização de entrevistas).				Realizados	Realizados	Realizados							
Organização e classificação dos dados						Realizados	Realizados						
Interpretação e análise dos dados								Realizados	Realizados	Realizados			
Elaboração do Relatório Final								Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	Realizados	
Apresentação Final para o Congresso													Previstos



Realizados



Previstos

APÊNDICES



APÊNDICE A

INSTRUMENTAL: USUÁRIOS DO PROJOVEM URBANO

ANÁLISE DE SUA VIVÊNCIA NO PROGRAMA NOS MUNICÍPIOS DE MANAUS, MANACAPURU E IRANDUBA.

PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

Formulário nº.

Manaus,

Projeto: **ProJovem Urbano no Amazonas: a visão do aluno a respeito de sua vivência no Programa.**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Cristiane Bonfim Fernandez

Pesquisadora: Maria Alcione Pereira Teles

Roteiro de Entrevista.

1- Como ocorreu a sua entrada no Projovem Urbano?

R:

2- Como é o dia-a-dia na sala de aula?

R:

3- Quais as experiências vivenciadas por você nas atividades do programa?

R:

4- Fale-me sobre sua vivência do curso de participação cidadã?

R:

5- O que mudou na sua vida, após ter entrado no ProJovem Urbano?

R:

6- Qual a importância do Projovem Urbano na sua vida?

R:

7- Fale sobre a Participação Cidadã?

R:

8- Você já participou do curso de qualificação profissional? Conte-me sua experiência?
Qual o arco ocupacional?

R:

9- Na sua opinião, há um trabalho conjunto entre os educadores de ensino-aprendizagem,
qualificação profissional e participação cidadã?

R:

10- São desenvolvidas atividades de Participação Cidadã nas comunidades de seu
município?

R:



APÊNDICE B



INSTRUMENTAL: USUÁRIOS DO PROJÓVEM URBANO

ANÁLISE DE SUA VIVÊNCIA NO PROGRAMA NOS MUNICÍPIOS DE MANAUS, MANACAPURU E IRANDUBA

PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

IDENTIFICAÇÃO

Nº do Questionário: _____

Nome: _____

Data de Aplicação: ____/____/____ Município: _____ UF: _____

Núcleo: _____ Turma: _____

Identidade (RG): _____ Número de matrícula: _____

1. Sexo

Masculino Feminino

(entre R\$ 465,00 e R\$ 1.395,00)

Mais de meio até 1 salário mínimo

2. Qual a sua idade?

_____ anos completos

(até R\$ 465,00)

Mais de 3 salários mínimos

3. Estado civil?

Casado

Solteiro

União estável

Separado

Divorciado

(mais de R\$ 1.395,00)

5. Quantas pessoas moram em sua casa

(contando com você)?

Até três pessoas

Cinco pessoas

Sete pessoas

Quatro pessoas

Seis pessoas

4. Qual a sua renda mensal ?

Até meio salário mínimo (menos de R\$235,00)

Mais de 1 até 3 salários mínimos

Oito ou mais pessoas

6. Qual foi a última série do Ensino Fundamental que você concluiu, SENDO APROVADO?

- Nenhuma
- 1ª Série
- 2ª Série
- 3ª Série
- 4ª Série
- 5ª Série
- 6ª Série
- 7ª Série
- Outra. Especifique: _____

7. Quantas vezes você foi reprovado (a)?

- Nenhuma vez
- 1 vez
- 2 vezes
- 3 vezes
- 4 vezes
- 5 ou mais vezes

8. Você tem filhos (as)?

- Sim Não

9. Caso sim, quantos? _____

10. Possui acesso à Internet?

(Marque as opções que julgar adequadas)

- Não
-

Sim, na escola

- Sim, em casa
- Sim, em outro local (lan house, associação, casa de amigo, etc.)

11. Com quantos anos você entrou na escola?

- 6 anos ou menos
- 7 anos
- 8 anos
- 9 anos
- 10 anos
- 11 ou mais anos

Ensino Aprendizagem

12. Quantas vezes você começou a estudar e parou antes do final do ano?

- Nenhuma vez
- 1 vezes
- 2 vezes
- 3 vez
- 4 vezes
- 5 ou mais vezes

13. No ano passado, antes do ProJovem,

você freqüentava alguma instituição de Ensino Fundamental? De qual tipo?

- Não.
- Sim, frequentava supletivo.
-

Sim, frequentava EJA.

Sim, frequentava classe de aceleração.

Sim, frequentava escola regular.

Sim, frequentava outro(s) tipo(s).

14. Como você ficou sabendo do ProJovem?

Televisão

Família

Amigos

Outros.

Qual? _____

Qualificação Profissional

15. Com que idade você começou a trabalhar/teve seu primeiro trabalho remunerado?

(Atividade em que você recebeu/ganhou dinheiro.)

Antes dos 10 anos.

Entre os 10 e os 12anos.

Entre os 13 e os 15 anos.

Entre os 16 e os 18 anos.

Entre os 19 e os 21 anos.

Aos 22 anos ou depois.

Nunca tive trabalho remunerado.

16. Além do ProJovem, você já fez algum outro curso de qualificação?

Nunca fiz

Não fiz, mas aprendi uma ocupação “pela prática”.

Sim, fiz um curso.

Sim, fiz dois cursos ou mais

17. As atividades de Qualificação Profissional atende as suas expectativas?

Sim, atende e até supera minhas expectativas.

Sim, atende às minhas expectativas.

Não, não atende às minhas expectativas.

Atende só um pouco da minha expectativa.

18. O arco que você está inserido é o que você se matriculou?

Sim

Não

19. Você gosta do arco ocupacional que participa?

Sim

Não

20. Qual é o seu arco ocupacional?

Turismo

Telemática

Metal- mecânica

Alimentação

Construção e reparos

Hospitalidade

Administração

Serviços Pessoais

21. Caso você já tenha procurado trabalho,

Qual (is) as principal (is) dificuldade(s) que você encontrou para consegui-lo?

- Nunca tive dificuldade
- Não encontro vagas nem oportunidades de trabalho.
- Não tenho a escolaridade exigida pelo empregador
- Não tenho a qualificação profissional exigida.
- Outras dificuldades. Quais:
-
-

22. Atualmente, você tem algum trabalho pelo qual é pago? (uma ou mais respostas)

- Não
- Sim, empregado sem carteira assinada
- Sim, trabalho em “negócios da família”
- Sim, trabalho por conta própria
- Sim, empregado com carteira assinada
- Outros

23. Caso sim, qual seu cargo ou função no Trabalho?

24. Em que período do dia você trabalha?

- Trabalho, mas só de manhã.
-

Trabalho, mas só de tarde.

- Trabalho, mas só de noite.
- Trabalho em mais de um turno por dia.

25. Caso você NÃO esteja desenvolvendo alguma atividade remunerada, quando foi à última vez?

- Nunca tive atividade remunerada
- 2009
- 2008
- 2007
- 2006
- 2005
- 2004 ou antes

Participação Cidadã

26. Que tipo de associações você conhece?

Associações ou movimentos religiosos.

- Associações educativas ou culturais.
- Associações filantrópicas não religiosas.
- Associação de bairro.
- Associações profissionais ou sindicatos.
- Associações esportivas.
- Outra:Qual? _____
-
-

27. A quais associações você pertence?

- Associações ou movimentos religiosos.
- Associações profissionais ou sindicatos.
-

Grêmio estudantil.

- Associações esportivas.
- Associação de bairro.
- Associações filantrópicas não religiosas.
- Associações educativas ou culturais.
- Nenhuma das associações acima.
- Outra: Qual? _____

28. Com que frequência você participa de atividades dessas associações?

- Uma vez por semana, pelo menos.
- Uma vez ou outra no ano.
- Uma vez por mês, pelo menos.
- Nunca.

29. Você se transferiu de Núcleo alguma vez?

- Sim
- Não

30. Que nota, de 0 a 10, você daria para o Projovem e para a última escola regular em que estudou em cada um dos seguintes aspectos:

	Projovem	Escola Regular
35a. Qualidade do ensino		
35b. sala de aula		

35c. Instalações da escola		
35d. Professores		
35e. organização		
35f. Localização da escola		
35g. Segurança da escola		
35h. Limpeza da escola		
35i. Livros didáticos		

31. O que o motivou a se inscrever no Projovem?

(Marque todas as alternativas que julgar adequadas)

- Qualificar-me para arrumar/manter um emprego.
- Aprender uma outra profissão.
- Obter conhecimentos de informática.
- Melhorar minha comunidade.
- Obter o diploma do Ensino Fundamental em 18 meses.
- Ocupar meu tempo livre com atividades úteis.
- Receber o auxílio de R\$ 100,00 oferecido pelo Programa.
- Outras. Qual?
- _____
- _____

32. Quantos colegas que iniciaram com você o Projovem na mesma turma chegaram com você ao final do Programa?

- Todos os colegas dessa turma.

- Mais ou menos a metade dos colegas.
- Nem todos, mas mais da metade.
- Menos da metade da turma.
- Poucos ou nenhum.

33. Como você avalia o espaço físico onde acontecem as atividades do Projovem?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

34. Que dificuldade você enfrenta para permanecer no Projovem:

- Nenhuma dificuldade
- Atraso no pagamento
- Dificuldade econômica.
- Distância Casa - Núcleo.
- Compromissos com a família.
- Ter que trabalhar no horário da aula.
- Dificuldades na relação com o professor.
- Dificuldades de aprender.
- A escola não recebeu bem o Projovem.
- Outras. Quais?

35. Você já teve atividades no laboratório de informática?

- Sim.
- Não.

36. Como você avalia as atividades realizadas no laboratório de informática?

- Ótimas.
- Boas.
- Regulares.
- Ruins.
- Péssimas.

37. Você teve aulas de qualificação profissional no Projovem?

- Sim, já tive aulas teóricas e práticas.
- Sim, mas apenas aulas teóricas.
- Não, não tive aulas teóricas nem prática

38. Em sua opinião, o Projovem contribuirá para:
(Marque todas as opções que julgar adequadas).

- Melhorar a minha auto-estima.
- Melhorar minha participação na comunidade.
- Montar meu próprio negócio.
- Não sei.
- Melhorar o local/bairro onde eu moro.
- Conseguir um emprego.
- Continuar meus estudos no Ensino Médio.
- Outros resultados.
- Não sei

39. O ProJovem atendeu às suas expectativas?

Sim, atende e até supera minhas expectativas.

Sim, atende às minhas expectativas.

Não, não atende às minhas expectativas.

Atende só um pouco da minha expectativa.

40. Avaliação das atividades do ProJovem Urbano:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Ensino Aprendizagem				
Qualificação Profissional				
Participação Cidadã				

41. Considerando o material didático

disponibilizado pelo ProJovem, como você avalia?

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
A linguagem usada no material				
Os exemplos usados nas lições				
As fotografias e desenhos usados nos materiais				
Os exercícios e atividades usados nas lições				

42. Que nota você dá para o ProJovem, até o momento?

_____ (de 0 a 10).



APÊNDICE C



INSTRUMENTAL: USUÁRIOS DO PROJovem URBANO

ANÁLISE DE SUA VIVÊNCIA NO PROGRAMA NOS MUNICÍPIOS DE MANAUS, MANACAPURU E IRANDUBA

PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Projeto de Pesquisa: *ProJovem Urbano no Amazonas: a visão do aluno a respeito de sua vivência no Programa*, desenvolvida pelas pesquisadoras Professora Dra. Cristiane Bonfim Fernandez e Maria Alcione Pereira Teles, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o objetivo conhecer a visão do jovem inscrito no Programa Projovem Urbano no Amazonas nos municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba, para saber os efeitos do Programa em sua vida a partir de sua inserção nas atividades de ensino - aprendizagem; qualificação profissional e participação cidadã. . Nesta perspectiva a presente pesquisa faz - se necessária para conhecer a visão que tem o jovem no que concerne a execução do Projovem Urbano, a forma como o mesmo é apropriado privilegiando o ponto de vista de quem o vivencia na vida cotidiana. Este retorno para a sociedade e o Estado poderá ser um instrumento de reorientação de algumas ações do programa sempre com intuito de garantir o público alvo em questão que se trata da juventude do Brasil, particularmente do Amazonas.

A referida pesquisa será desenvolvida nos municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba por meio de pesquisa documental e bibliográfica, pesquisa de campo, aplicação questionários, entrevistas e análise e tabulação de dados.

Serão respondidas as perguntas que o Sr. (a) souber e quiser, e terá total liberdade de pedir explicações à pesquisadora. O Sr. (a) não terá nenhum gasto de dinheiro, assim como não receberá nenhum benefício financeiro em troca. Terá total liberdade de participar ou não da pesquisa, sem que haja qualquer penalidade ou prejuízo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr.(a). poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelo endereço: Rua Rodrigo Otávio Jordão, s/n – Aleixo, Manaus/Am- Telefone (92) 8405-38488167-7535.

Fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa de minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Manaus, ____/____/____

Assinatura do participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

